AS PROVAS DA CORRUPÇÃO DE SERGIO MORO

O advogado Tacla Duran entrega à Justiça as provas de que foi extorquido pela Lava Jato para escapar da prisão. Ele teve de pagar US$ 613 mil a um compadre do ex-juiz. Agora, entrou no programa de testemunhas da PF. O caso está no Supremo

focus BRASIL

Fundação Perseu Abramo 3 de Abril de 2023 Nº 89

Pedro Rossi alerta para os riscos da Selic nas alturas

Lara Resende detona o BC, que quer enquadrar Lula

Haddad e Tebet apresentam o novo marco fiscal do governo

Donald Trump é indiciado na Justiça dos EUA por crimes

A novela das 18h da Globo retrata as famílias evangélicas

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto e Pedro Camarão

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamotto
Vice-presidenta: Vivian Farias
Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol
Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091
Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

EDITORIAL

UM "JUIZ" SEM CARÁTER

Alberto Cantalice

A passagem de Sérgio Moro pelo Judiciário ficará como uma nódoa difícil de apagar nos anais da República. Desconsiderando totalmente os ensinamentos do decano do direito pátrio, Rui Barbosa, Moro desconhece discrição, honradez e tirocínio. É mau exemplo para as gerações futuras que almejam servir ao país sob o manto de operadores da Justiça.

Dizia Rui: "É a magistratura que vos ide votar? Elegeis, então, a mais eminente das profissões a que um homem pode se entregar...Todo bom magistrado tem muito de herói em si mesmo, na pureza imaculada e na plácida rigidez. Que nada se dobra e de nada se tema".

Se vivo fosse, o jurista falecido em 1º de março de 1923, há 100 anos, veria que seus ensinamentos foram pervertidos pelo então juiz e pelos procuradores da jocosamente intitulada "República de Curitiba". Estes entrarão pelas portas dos fundos da história pelo crime de lesa-pátria. São eles que, pelo uso e abuso indevido do aparelho de Estado, interferiram no processo político e colaboraram com crimes para que o indefectível Bolsonaro vencesse as eleições de 2018.

As denúncias proferidas pelo advogado Rodrigo Taclan Duran, ao juiz responsável pela 13º Vara Federal é mais um capítulo da trama dantesca urdida pelos "justiceiros de ocasião". Segundo Duran, havia na Operação Lava Jato um esquema de propinas que era imposto aos acusados. Uma extorsão.

As acusações de Tacla Duran ainda estão a provar-se. Tudo dentro do devido processo legal e o direito ao contraditório, os mesmos princípios que foram negados aos acusados quando os indigitados estavam no comando da Lava Jato.

Porém, os dois personagens já foram beneficiados politicamente pelas tramoias. Moro e o então procurador da República Deltan Dalagnol desfrutam de mandatos de senador e deputado federal, respectivamente, no intuito de encobrir com o manto do foro privilegiado seus crimes anteriores.

Os malefícios à cidadania brasileira terão inevitavelmente que ser passados a limpo. Não se contribui para quebra da credibilidade das instituições e se sai impunemente. A história não os absolverá. Jamais! •

SÉRGIO MORO É ACUSADO DE CORRUPÇÃO

O advogado Tacla Duran presta depoimento na Justiça e desmoraliza ex-juiz federal. Ele entregou provas de que foi extorquido pela Lava Jato e pagou US$ 613 mil

Páginas 10 a 13

ENTREVISTA. Pedro Rossi alerta para os riscos da ortodoxia obtusa do BC
Página 4

JUSTIÇA. Bolsonaro volta ao Brasil para responder por seus crimes na Justiça
Página 14

PESQUISA. IPEC mostra que bolsonarismo perdeu força entre os homens
Página 16

CONTAS. Haddad anuncia as novas regras fiscais para o Brasil sair do buraco
Página 18

JUROS. Lara Resende critica o Banco Central pela insistência na Selic alta
Página 20

OPINIÃO. Odair Cunha apoia o "arcabouço fiscal" anunciado pelo governo
Página 21

VIOLÊNCIA. Jovem de 13 anos invade escola em SP e ataca professora, que morre
Página 22

SAÚDE. Três anos depois, Brasil enfrenta marca de 700 mil mortes por Covid-19
Página 24

HISTÓRIA. A aprovação da LSN em 1935 e os atos institucionais nos anos 60
Páginas 26 a 29

EUA. Donald Trump será indiciado pela promotoria de Manhattan por crimes
Página 30

INTERNACIONAL. Israel vive intensos protestos nas ruas contra o governo Bibi
Página 32

EQUADOR. Guillermo Lasso enfrenta um processo político de impeachment
Páginas 34

BRICS. Dilma assume a presidência do NDB
Página 35

MÚSICA. Quarenta anos da estreia do R.E.M. em disco
Página 36

"O BC UTILIZA REMÉDIOS ERRADOS E TROUXE MAIS DESEMPREGO"

Professor de economia diz que o Banco Central está errado ao insistir em juros altos para reduzir a carestia, porque a economia não está aquecida. "O combate à carestia é como uma caixa de ferramentas, dependendo da causa. Eu preciso de um instrumento. Então, se eu for apertar um parafuso, eu não vou pegar um martelo para bater no parafuso. O Banco Central usa martelo para tudo"

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A taxa Selic que vem sendo aplicada pelo Banco Central não é um remédio para o problema da inflação que o país enfrenta. Esta é a principal crítica do economista, pesquisador e professor da Unicamp, Pedro Rossi. Na última semana, o próprio Roberto Campos Neto admitiu que a meta de inflação é impossível de ser cumprida em 2023.

O presidente do BC afirmou que seria necessário que a Selic fosse a 26,5% para manter a inflação em 3,5%. Apesar de admitir o problema, a declaração do chefe da política monetária não sinaliza um aumento da meta. Isso, consequentemente, resultaria na diminuição da taxa de juros. Campos Neto apenas estava afirmando que o "remédio" deve ser mais amargo.

Enquanto o ortodoxo discípulo de Paulo Guedes tenta manter a narrativa que vigorava sem questionamentos até que Lula assumisse uma postura crítica contra a estratégia do BC, a realidade é que a política monetária só tem provocado queda da economia, aumento do desemprego e da pobreza.

"O Banco Central aumentar os juros não vai fazer cair o preço do ovo porque ele não interfere na alimentação das galinhas nem no fato da galinha botar mais ou menos ovo. Ele interfere na fila do ovo", afirma Pedro Rossi.

O professor diz que Lula está tomando medidas corretas para fazer com que a economia retorne aos trilhos, partindo para um modelo de "crescimento distributivo" que vigorou no país durante os governos petistas.

Por enquanto, Rossi considera o novo arcabouço fiscal menos ousado do que poderia ser, mas acredita que o Brasil está saindo de um "período sombrio" e que os desafios pela frente são grandes, mas precisam ser vencidos para impedir a volta da extrema-direita ao poder. A seguir, leia trechos da entrevista:

Divulgação

Focus Brasil – Como a estratégia do Banco Central com relação à taxa de juros afeta a economia brasileira?

Pedro Rossi – Este Banco Central fez a maior alta de juros da história brasileira recente desde 1999. Aumentou a taxa de 2%, em março de 2021, para 13,75% que é essa que temos agora e é a maior taxa de juros do mundo, disparado. E é a maior taxa de juros do mundo em uma economia desacelerando. Isso é importante porque a taxa de juros é feita para combater inflação de demanda. Ou seja, quando a economia está muito aquecida, a taxa de juro desacelera a economia para compatibilizar oferta e demanda. E o BC usa a taxa de juros indiscriminadamente, mesmo a economia em desaceleração.

– Por que isso é importante?

– Porque a taxa de juros não é o único instrumento que nós temos. O combate à inflação é como uma caixa de ferramentas, dependendo da causa. Eu preciso de um instrumento. Então, se eu for apertar um parafuso, eu não vou pegar um martelo para bater no parafuso. O Banco Central usa martelo para tudo. Como eu resolvo uma inflação de alimentos, por exemplo, se o diagnóstico é inflação de demanda? Eu faço as pessoas pararem de comer. O Banco Central aumentar os juros não vai fazer cair o preço do ovo porque ele não interfere na alimentação das galinhas, nem no fato da galinha botar mais ou menos ovo. Ele interfere na fila do ovo. As pessoas têm menos renda, estão desempregados e não vão comer ovo. Ou seja, as pessoas passam fome. É uma leitura de inflação completamente equivocada.

E aí dizem na grande mídia que o Banco Central está cumprindo seu papel, a inflação prejudica o mais pobre logo, a autoridade monetária está ajudando o mais pobre a combater a inflação. Isso é errado. Porque o importante do combate à inflação é o poder de compra das pessoas, é preservar o poder de compra das pessoas. Só que isso não depende só da inflação. A inflação é terrível porque corrói o poder de compra, mas o poder de compra depende também do emprego e da renda. Então, o Banco Central, quando combate a inflação com desemprego, ele não está cumprindo a sua fun-

ção. Ele está prejudicando os mais pobres. Ele está freando economia, gerando mais desemprego e queda da renda. Não adianta o preço do ovo ficar mais barato se a pessoa não tem emprego para comprar ovo. Essa é que é a lógica. A política monetária deste BC fez opção pelo desemprego. E aí isso vai sobrecarregar as políticas sociais que vão ter que lidar com uma população com menos renda. E, evidentemente, vai na contramão dos planos do Lula, que é acelerar a economia, botar a economia para andar e gerar bem estar social.

– Estamos numa encruzilhada.

– Eu vejo com preocupação a atuação do Banco Central por ter taxas de juros muito altas. E aí entra o papel do governo, que é usar o Conselho Monetário Nacional para enquadrar o Banco Central. O BC é independente operacionalmente, ou seja, pode manejar o instrumento da forma que achar melhor e a diretoria tem mandato. Mas quem dá o objetivo da política monetária, ou seja, a própria meta de inflação, é o Executivo, é o Conselho Monetário Nacional, onde senta o Banco Central, mas senta também o ministro da Fazenda e a ministra do Planejamento. Então, é possível amenizar e orientar a gestão do BC, fortalecendo o Conselho Monetário Nacional. E aí tem um ponto que é importante. A meta de inflação é muito baixa, é incompatível com uma economia que tem questões estruturais importantes como a indexação, no caso brasileiro. A meta muito baixa vai exigir juros cavalares e um custo social muito, muito alto, considerando essa lógica do BC.

– O senhor mencionou a forma como a mídia trata a questão. Quando Lula começou a criticar a atuação do Banco Central, sofreu um ataque de parte da imprensa. Mas me parece que o governo conseguiu equilibrar o debate, porque acabou conseguindo angariar apoios importantes nessa disputa narrativa.

– O papel do Lula nesse debate foi fundamental. Se o presidente não trouxesse à tona a questão dos juros, a gente estaria até hoje naturalizando que o Banco Central está fazendo o correto, que é isso mesmo. Não haveria esse debate, inclusive na própria mídia, porque, como o Lula gerou incômodo na imprensa, a mídia começou a ouvir outras vozes. "O que está falando"? "O que fundamenta"? E nós fomos convocados para fazer um debate mais amplo. Ou seja, é fundamental. Se o Lula não tivesse feito isso, o Banco Central estaria muito mais confortável onde está, com os juros onde estão. No Brasil, a gente naturaliza absurdos.

A META DE INFLAÇÃO É MUITO BAIXA. E VAI EXIGIR JUROS CAVALARES E UM CUSTO SOCIAL MUITO, MUITO ALTO, CONSIDERANDO ESSA LÓGICA DO BANCO CENTRAL

– O Brasil está num processo de saída da regra do teto de gastos, que perdeu credibilidade para o mercado porque foi desrespeitado, não porque era ruim para o social. Agora, estamos vendo a apresentação da nova regra fiscal. Qual é a sua opinião sobre essa mudança?

– Os detalhes da regra ainda vão ser anunciados. Anunciou-se o arcabouço geral. Uma primeira observação que é necessária e importante, é que é um evidente avanço em relação ao teto do [Paulo] Guedes. Ou seja, viramos um período sombrio da história. A proposta é mais flexível, é criativa na tentativa de amenizar o caráter pró-cíclico do sistema, ou seja, quando a economia está aquecida, o Estado tende a aquecer mais, quando está desaquecida, tende a desaquecer mais. E a proposta é até inovadora em alguns aspectos. Do ponto de vista internacional, tem elementos ali nas regras que são tecnicamente inovadores para alguém que estuda o tema. Agora, a regra também traz algumas preocupações que vou colocar aqui. Primeiro, o teto de crescimento do gasto primário é de 2,5%, ou seja, no máximo o gasto público vai crescer 2,5% em relação ao ano anterior, com algumas exceções que estão fora desse teto. Esse patamar é inferior ao crescimento real médio dos governos Lula anteriores, os governos Lula 1 e 2, que foi em torno de 5,2%. Então, a gente está falando de um crescimento do gasto que é o dobro do que está proposto nessa regra.

O governo Dilma cresceu o gasto público primário, em média 13,5%. E mesmo o governo Fernando Henrique cresceu o gasto público a taxas maiores. Ou seja, esse crescimento do gasto permitiu a expansão dos serviços públicos, programas sociais, da seguridade, do investimento público, lá atrás. O Lula conseguiu entregar bem estar social em grande parte por um crescimento do gasto público nos seus dois primeiros governos. E me parece que este teto restringe essa entrega. Os 2,5%, provavelmente, não vão ser atin-

gidos se não houver um aumento de carga tributária. Daí a importância de o governo fazer o aumento de carga tributária para atingir a meta.

– O desarranjo da economia nacional, esse rombo que o Bolsonaro deixou quase quebrando o Estado para tentar vencer as eleições, não é o motivo que faz com que o teto de gasto seja mais conservador do que a política econômica que empreendemos no primeiro e no segundo governo?

– Essa é uma leitura possível, mas vejo por outra ótica. Acho que esse desmonte que feito nos governos Temer e Bolsonaro exige uma reconstrução que demanda gasto público. Ou seja, a gente precisa recuperar mercado de trabalho, emprego, recuperar áreas sociais que durante anos foram sucateadas. A gente precisa colocar o Brasil na trilha do crescimento. A gente precisa dar horizonte de planejamento. Se tem uma coisa que o modelo econômico neoliberal implementou é uma visão curto prazista em que o desenvolvimento é resultado espontâneo das forças de mercado e o Estado não tem obrigação nenhuma de fazer planejamento.

Então, o que o Lula está trazendo de novo é essa visão de colocar a economia nos trilhos, de pensar o médio prazo, o longo prazo. Um plano de investimento, descarbonização da economia, pensar uma economia verde, gerar bem estar para as pessoas, investimentos em saúde e educação. Ele fala o tempo todo na palavra investimento, ou seja, recuperar o investimento público que durante os governos Temer e Bolsonaro não repunham sequer a depreciação. Quer dizer, a estrada ficava esburacada, o investimento público não conseguia nem tapar os buracos.

Eu falo da estrada, mas também do porto, de toda a logística que tem saneamento, etc. Então, esse desmonte demanda um esforço do Estado que não é só o gasto público, mas é gasto público também. Na minha visão, acho que poderia ser mais ousado. A direção poderia priorizar o médio prazo, o crescimento e o emprego. Olhar de baixo para cima quais são as necessidades da economia, qual é o plano de investimento que precisamos e, para isso, qual a regra de gastos adequada que iria compatibilizar receita e despesa. O meu medo é entregar resultado fiscal, estabilização da dívida, mas não entregar crescimento e emprego. Se não entregar crescimento e emprego, aí há um risco da volta da extrema direita. Este é o risco que eu vejo.

O DESMONTE FEITO NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO EXIGE UMA RECONSTRUÇÃO QUE DEMANDA GASTO PÚBLICO E AÇÃO NO SOCIAL

– Qual é a importância do novo Bolsa Família para o resultado da economia, inclusive, na geração de emprego e renda?

– É total, fundamental. Acho que agora a gente tem uma política social de volta aos trilhos. O Bolsa Família é um programa extremamente estudado, elogiado e premiado. E agora o Bolsa Família volta com um alcance ainda maior, um programa melhorado e certamente vai promover uma revolução social com relação aos anos anteriores e tem efeito dinâmico no crescimento.

O crescimento não é só o gasto público e não é só investimento público, não é só, vamos dizer assim, o regime fiscal que vai determinar se vai crescer ou não. Como eu disse, tem um freio da política monetária na economia. A política fiscal pode representar um outro freio, mas existem outros determinantes do crescimento.

O crédito público, por exemplo, é importante que o BNDES assuma um papel fundamental, com Aloizio Mercadante presidente, de estimular a economia, investimento, organizar os recursos da economia para estimular setores de maiores produtividade, maiores encadeamentos produtivos, estimular o complexo econômico industrial da saúde que é importante e que fundamenta o direito à saúde fornecido pelo SUS.

Então, é possível, ao estimular esse complexo econômico industrial da saúde gerar crescimento, inovação, emprego e, ao mesmo tempo, gerar bem-estar porque haverá um serviço de saúde melhor. Há vários instrumentos para gerar crescimento econômico. Agora, a situação é desafiadora porque o cenário externo não está dos melhores e herdamos uma economia em desaceleração. Então, neste momento, é importante mirar o mercado de trabalho, o investimento e tentar acelerar a economia porque nos próximos trimestres as expectativas de crescimento não são boas.

– Sobre o aumento de carga tributária, Haddad disse que não haverá aumento para a sociedade como um todo. Estão focando no fim de alguns subsídios e na

instituição do imposto sobre lucros e dividendos, que incidiria em toda a cadeia econômica. Em todo lugar do mundo tem esse tributo. Se, de fato, o Congresso assumir a tese de que é possível aprovar a volta da cobrança, que existiu e o FHC extinguiu, isso não daria um acréscimo de receita para a União?

– Esses são pontos importantes. Tem que aumentar a carga tributária porque a nova regra fiscal depende do crescimento da receita. Então, se a gente quiser gastar mais, precisamos arrecadar mais. E há uma calibragem de receita e gasto que pode estimular o crescimento. Tem alguns gastos públicos que têm efeitos dinâmicos melhores do que outros. Você falou no Bolsa Família, que tem efeito multiplicador. Coloca dinheiro no bolso de alguém que é mais pobre, essa pessoa vai no supermercado e compra. O supermercado vende. Isso estimula a economia. Você "bota" um dinheiro no bolso de alguém rico, essa pessoa vai aplicar em algum lugar, o dinheiro vai ficar lá parado. Então, o efeito é menor. Ao calibrar receita e despesa, conseguimos ter efeitos dinâmicos na economia e recuperar o crescimento. Eu acho que não necessariamente precisa aumentar impostos para ter um aumento da carga. Tem receitas extraordinárias, você citou algumas. E o que é fundamental: tem que recriar o imposto sobre lucros e dividendos que foi extinto pelo governo Fernando Henrique e que gera uma distorção enorme no nosso sistema.

O Brasil é um dos países que mais tem empresas no mundo. Não é porque somos empreendedores, mas é porque houve um fenômeno da "pejotização". Todo mundo abre uma empresa para pagar menos imposto, porque abre a empresa, recebe pela empresa, transfere para si mesmo sem pagar nenhum imposto. Ou seja, transfere lucros e dividendos e não é taxado. Recuperar esse imposto é fundamental. Isso está previsto na reforma tributária. Eu acho que tem que ser discutido desde já como que a gente vai desenhar esse imposto. É fundamental, por mais que não haja aumento de impostos em geral, é necessário que haja um aumento da receita. E esse aumento pode ser conseguido de outras formas, com receitas extraordinárias, revendo subsídios, fazendo uma limpa na tributação brasileira, tornando-a mais eficiente.

O BRASIL É UM DOS PAÍSES QUE MAIS TEM EMPRESAS NO MUNDO. NÃO PORQUE SOMOS EMPREENDEDORES, MAS HOUVE O FENÔMENO DA "PEJOTIZAÇÃO"

– O que o governo Bolsonaro representou para o Brasil, especificamente, com relação à economia? A imprensa continua tentando apontar como culpado pela situação o pensamento desenvolvimentista que direcionou os governos do PT.

– Do ponto de vista econômico, Bolsonaro não é uma inovação em relação ao governo Temer. Foi uma continuidade da 'Ponte para o Futuro', um projeto econômico que fracassou redondamente. O crescimento brasileiro de 2015 para cá é pífio e se a gente comparar com o cenário internacional, a gente vê que o Brasil teve um desempenho medíocre. Este modelo econômico que estava lá no Temer, baseado na austeridade fiscal e nas reformas privatizantes. Ou seja, eu tiro do Estado os instrumentos para gerar crescimento e distribuição.

Este projeto é a antítese do que foram os governos Lula e Dilma, em especial Dilma 1. Esse modelo de crescimento do Lula e Dilma é um modelo que chamo de modelo de crescimento distributivo, baseado no mercado interno com instrumentos – como o salário mínimo crescia acima do próprio crescimento econômico, tendo ganho real, como a política social, o Bolsa Família. Eram elementos dinâmicos que geravam crescimento, que geravam investimento e inclusão social. Em determinado momento, quando se desacelerou o crescimento econômico lá com Dilma, por vários motivos, começou uma campanha contra esse modelo econômico.

Em 2014 o debate era: o salário está crescendo acima da produtividade, o mercado de trabalho está superaquecido, é necessário gerar desemprego, alguns diziam. Ou seja, queriam desmontar o modelo de desenvolvimento junto com o seu instrumento. Um conflito distributivo. Os trabalhadores foram ganhando e chegou uma hora que os empresários falaram "olha, tá difícil contratar porque o mercado de trabalho está aquecido, os salários estão subindo muito, então, vamos para cima". A ideia era gerar desemprego. Mas não só. Eles não queriam só gerar desemprego. Queriam desmontar os instrumentos que estavam na Constituição de 1988, que garantiam a expansão do gasto público. E, no caso brasilei-

ro, o gasto público, é bom dizer, cresce pela opção que fizemos lá atrás, que é a construção de Estado de bem-estar social. Cresce porque a gente tem uma seguridade social, tem saúde pública e educação pública.

Foi esse crescimento do gasto que começou a ser combatido. Qual era a tese conservadora lá no governo Dilma? Era que a desaceleração econômica é causada pelos excessos. A tese dos excessos.

-- Excesso de que?

– De gasto público, intervencionismo do Estado, de aumento de salário mínimo, de atuação das estatais, de controle dos preços administrados. Havia "excesso de Estado". Essa era a tese. E qual é a receita? É reduzir o Estado, a começar pelo pilar desse processo da 'Ponte para o futuro', que é a Emenda Constitucional 95. Então, reduz o Estado constrangendo o aumento do gasto. O que o governo Temer fez? Congela o gasto público, quando a economia crescer, o gasto vai cair em relação à economia, o tamanho do Estado cai em relação à economia, a população cresce e o tamanho do gasto cai em relação à população. Além disso, desmontam-se os outros instrumentos, as estatais, os bancos públicos, os instrumentos regulatórios. E o Brasil virou um caos. A economia não cresceu. E não nos recuperamos do tombo.

Essa leitura não está clara. A imprensa continua com o diagnóstico que o que gerou a crise 2015-2016 foram os excessos. Então, é preciso reafirmar que não foram os excessos. Havia ali um conflito distributivo, que é necessário retomar um modelo distributivo, com ajustes evidentemente adequados às novas situações. Mas é necessário retomar esse modelo distributivo sem os constrangimentos que nos foram impostos antes e retomar os instrumentos que o Estado tem para gerar crescimento e desenvolvimento: as estatais, os bancos públicos, o gasto público, o investimento público, a política social forte. Então, acho que essa é a batalha da narrativa. Mas a gente tem que ter claro que o modelo neoliberal imposto pelo Golpe de 2016, o Bolsonaro radicalizou. Porque o Paulo Guedes é a continuidade radicalizada daquele processo que estava em curso. Este modelo neoliberal fracassou e é necessário recriar o modelo distributivo que estava vigente sob os governos Lula e Dilma.

A IMPRENSA CONTINUA COM O DIAGNÓSTICO QUE O QUE GEROU A CRISE 2015-2016 FORAM OS EXCESSOS DE GASTOS. E ISSO NÃO É VERDADE. HOUVE UM CONFLITO

– Mas o que espanta é que a imprensa tenta ignorar o fato de que o modelo fracassou.

– Sem dúvida. Ignoram o fato, ressuscitam velhos debates, apesar de algumas nuances e algumas modificações que a gente sente. Esse debate, por exemplo, sobre a nova matriz macroeconômica, virou um espantalho que é o sinônimo dessa narrativa dos excessos. E se atribui à nova matriz os fracassos. Só que, veja, a nova matriz acabou em 2014.

O Brasil não consegue crescer em 2021, 2022, como que a nova matriz gerou efeitos tão defasados? Isso eles não conseguem explicar. Por que o Brasil cresce menos que o mundo? Por que a recuperação da pandemia foi muito inferior a outros países? E a resposta está nos constrangimentos, na forma como a política fiscal foi amarrada, na forma como o Estado brasileiro contribui negativamente para o crescimento econômico, na forma como a gente tem o mercado de trabalho absolutamente estagnado e agora informalizado. Então, é preciso rever isso e apontar os dedos, ou seja, disputar a narrativa econômica.

– Thomas Piketty, recentemente, fez uma declaração ao *Le Monde* dizendo que se não se criar um tributo mundial sobre o capital, eles tendem a tirar o dinheiro dos países de origem e colocá-los em paraísos fiscais.

– Sem dúvida, o capital é um instrumento distributivo e responsável pela desintegração social que a gente vive hoje. O capital é incompatível com o que chamam de meritocracia porque, no fundo, se eu tenho capital, recebo dinheiro sem trabalhar. E isso não faz nenhum sentido do ponto de vista meritocrático. Quanto mais concentrado esse capital, pior esse processo. E o que a gente observa nos anos recentes é uma concentração muito grande do capital e um aumento brutal da desigualdade. Sem rever esse processo, sem enquadrar o capital, sem questionar a forma como são distribuídos os recursos, a gente não constrói uma sociedade justa porque sempre vamos ter sobre as nossas cabeças um instrumento que extrai renda dos mais pobres, dos trabalhadores. O capital é isso, é um instrumento que extrai renda dos trabalhadores. •

Olimpio

CAI A MÁSCARA DE MORO

Uma semana depois de posar de vítima diante do Brasil, como personagem de uma trama do PCC para eliminá-lo em ação espetacular autorizada por sua pupila, o ex-juiz da Lava Jato não consegue refutar as acusações de Tacla Duran de que foi vítima de extorsão. O advogado acusa o compadre do senador de obrigá-lo a pagar US$ 615 mil para não ser preso. Ao entregar as provas, ele pede proteção da Justiça e o caso agora está no STF

A máscara de bom moço e juiz implacável que Sergio Moro ostenta como um combatente do crime e paladino contra a corrupção foi mais uma vez trincada. O advogado Tacla Duran, que atuou na defesa da Odebrecht, entregou documentos à Justiça Federal que comprovam ter sido extorquido pelo padrinho de casamento de Moro e da atual deputada Rosângela Moro (UB-SP), Carlos Zucolotto Júnior. Ele é sócio da mulher do ex-juiz em um escritório de advocacia.

Para evitar ser preso, Tacla Duran teria de pagar propina para o esquema, que envolveria ainda o coordenador da Lava Jato no Ministério Público Federal, Deltan Dallagnol, atualmente deputado federal pelo Podemos do Paraná. O caso agora está nas mãos do Supremo Tribunal Federal. E desmoraliza de vez todo o discurso tacanho de Sergio Moro, que ocupou o Ministério da Justiça no governo Bolsonaro, após determinar a prisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tirá-lo da corrida presidencial em 2018. As revelações de Tacla Duran são estarrecedoras.

Na audiência, Tacla Duran revelou que, em 2016, Zucolotto procurou-o para exigir o pagamento de US$ 5 milhões em troca de benefícios em um acordo de delação com a Operação Lava Jato. O juiz Eduardo Appio, responsável pelo casos da Lava Jato em Curitiba, determinou que Duran seja incluído no programa de proteção a testemunhas do governo federal. O pedido foi feito após ele ter prestado depoimento ao próprio juiz e à Polícia Federal na qual ratificou a acusação de extorsão.

Na conversa, que Tacla Duran guardou e entregou como prova, Zucolotto disse que acertaria os termos do acordo de colaboração com DD (iniciais de Deltan Dallagnol). Um mês depois, Tacla Duran fez uma transferência de US$ 613 mil dólares ao escritório de Marlus Arns. Tanto Zucolotto quanto Arns têm relação profissional com Rosângela Moro. Zucolotto era sócio da esposa do então juiz e Marlus atuava com Rosângela em casos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e também em processos da chamada Máfia das Falências. O advogado entregou a cópia do depósito bancário ao juiz federal.

Reprodução

MUNIÇÃO Em depoimento à Justiça, Tacla Durán entregou provas de que pagou dinheiro a amigo de Sérgio Moro para não ser preso pela Lava Jato

Appio pediu já na terça-feira, 28, que a Polícia Federal abra de forma "urgente" um inquérito para apurar as acusações apresentadas pelo advogado contra Sergio Moro e Deltan Dallagnol. Como ambos agora são parlamentares – e têm direito a foro privilegiado, uma bandeira que ambos queriam derrubar quando estavam na Lava Jato – o caso subiu para o STF e deve ficar por enquanto nas mãos do ministro Ricardo Levandowski.

Flagrado diante das provas, Moro reagiu à sua maneira. Disse que Tacla Duran é réu confesso e desdenhou das acusações, dizendo que não tem medo de uma investigação. Mas, na quarta-feira, 29, o senador entrou com um recurso. Disse que Appio foi alvo de uma arguição de suspeita formulada pelo MPF sobre sua atuação em todos os feitos da Lava Jato. E não poderia toca o caso. Ele pediu ao próprio juiz que se abstenha de praticar novos atos no processo até que seja julgada a arguição do MPF.

Sobre a denúncia, o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro alega que o juiz realizou a audiência para "colher notícia crime 'requentada'", envolvendo parlamentares que atuaram na Lava Jato, em relação aos quais Appio tem, reiteradamente, criticado em várias entrevistas na imprensa. "O revestiu-se de caráter inusitado", diz a defesa do senador Sergio Moro. Na Câmara, Deltan Dallagnol (Pode-PR) reagiu indignado. Se diz vítima da perseguição do juiz Eduardo Appio a quem acusa de agir com parcialidade.

As provas entregues agora por Tacla Duran reforçam as denúncias levantadas pelo próprio advogado no auge da Lava Jato. As primeiras acusações foram reveladas pela jornalista Monica Bergamo, da *Folha*, ainda em 2017. Na época, o advogado afirmou, no rascunho de um livro, que Zucolotto prometeu facilidades a ele na Lava Jato em troca de dinheiro. Segundo Tacla Duran, as conversas entre ele e Zucolotto envolveriam abrandamento de pena e diminuição da multa que deveria ser paga em um acordo de delação premiada que seria fechado com o Ministério Público Federal, cujo coordenador da Lava Jato era ninguém menos que Deltan Dallagnol.

Divulgação

AMIZADE O senador Sérgio Moro (UB-PR) posa ao lado do compadre e amigo Carlos Zucolotto em evento de filiação ao Podemos, em 2021

O amigo de Sergio Moro e sócio de Rosângela Moro pediu US$ 5 milhões para liberar uma conta de US$ 15 milhões que estava bloqueada. Ele recebeu e-mail no qual um dos procuradores explicava como seria feita o esquema. A Lava Jato indicaria uma conta vazia de Tacla para bloquear a quantia. Não sendo encontrada a dinheirama, viria a multa de US$ 5 milhões de dólares. E a conta de US$ 15 milhões estaria então liberada, com os procuradores fazendo vista grosso. Um golpe perfeito. Mas Tacla Durán se recusou a continuar colaborando. Pagou uma parte do dinheiro prometido para ter a prova, agora finalmente entregue à Justiça.

AMIGO DE MORO, ZUCOLOTTO PEDIU US$ 5 MILHÕES A TACLA DURAN EM TROCA DE FACILIDADES NA LAVA JATO, COM O AVAL DE DELTAN DALLAGNOL

Para contornar a possível intromissão do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, que atua como guarda pretoriana de Moro e da Lava Jato, Tacla Duran viu agora a oportunidade perfeita ao citar Deltan, Moro e Rosângela. Como os três têm prerrogativas de serem investigados apenas pelo Supremo Tribunal Federal, o caso subiu direto da Justiça Federal para a cúpula do Judiciário. Pode ter sido o xeque-mate em Moro e Deltan. •

Divulgação

PROTEÇÃO Gabriela Hardt, juíza que assumiu no passado o lugar de Moro, é quem está à frente da ação que apura o suposto atentado do PCC ao ex-juiz

FLAGRADA NA VAZA JATO

Gabriela Hardt, que autorizou operação sobre o suposto plano do PCC para matar Moro, atuou de maneira suspeita na Lava Jato. Foi a juíza que condenou Lula

Há duas semanas, a mídia explodiu nas manchetes na terça, dia 22, uma operação da Polícia Federal, autorizada pela Justiça Federal do Paraná, sobre um suposto caso de atentado do PCC contra o senador Sérgio Moro (UB-PR), entre outras autoridades, incluindo o vice-presidente Geraldo Alckmin.

A juíza que deu o aval para a operação policial é Gabriela Hardt. Ela levabntou o sigilo da operação no mesmo dia que Lula deu a entrevista ao Brasil 247, questionando a conduta de Moro à frente da 13a. Vara da Justiça Federal.

Em 2021, diálogos que faziam parte da Vaza Jato e foram avaliados pelo Supremo Tribunal Federal na chamada Operação Spoofing, sobre o conluio entre procuradores federais e o juiz federal para condenar Lula sem provas em 2018, mostraram que Deltan Dallagnol fez uma "combinação" com Gabriela Hardt.

Em conversas com procuradores, em 19 de dezembro de 2018, oi então coordenador da Lava Jato mencionava a criação de uma "planilha Google" na qual seriam relatadas as prioridades do órgão acusador, inclusive com a classificação de prioridade. A juíza condenou Lula a 12 anos e 11 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro na ação penal relativa ao sítio Santa Bárbara, na cidade de Atibaia, em 6 de fevereiro de 2019.

"Gente, importante: 1) Gabriela não sabe o que é prioridade. Há 500 processos com despacho pendentes e não sabe o que olhar. Combinei de criarmos uma planilha google e colocarmos o que é prioridade pra gente. Quem quiser que suas decisões saiam logo, favor criar e indicar os autos, prioridade 1, 2 ou 3 e Sumário ao lado, e me passar o link para eu passar pra ela", diz a mensagem.

A Operação Vaza Jato revelou que, no auge do Golpe de 2016, a Lava Jato atuou combinando as movimentações diretamente com Sérgio Moro. E depois continuou combinando com Gabriela Hardt no caso de Atibaia. Como Moro já havia anunciado que iria para o governo Bolsonaro, convidado entre os dois turnos, foi ela quem assumiu os casos pendentes. Os processos acabaram anulados pelo Supremo. •

MORO ATUOU CONTRA A DEMOCRACIA

O juiz Sergio Moro teve atuação decisiva para a eleição de Jair Bolsonaro em 2016. Se não fosse pela interferência direta do então juiz federal, Lula não teria sido arrancado da disputa, que liderava com 87% da preferência, de acordo com as pesquisas eleitorais. A desmoralização do então ministro da Justiça só veio quando o Intercept Brasil revelou, em junho de 2009, mensagens trocadas por procuradores da República encarregados da Lava Jato e Sergio Moro, ainda na Lava Jato.

Ao longo de 2019, as reportagens do Intercept revelaram que os procuradores da Lava Jato trabalharam abertamente para impedir a vitória eleitoral do candidato Fernando Haddad (PT) e tomaram atitudes para atingir tal objetivo. E Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula, mesmo sem provas.

Isso tudo ruiu quando o STF decidiu que o ex-presidente era inocente e que Sergio Moro atuou com parcialidade. Agora, a desmoralização do senador da República é absoluta. Sergio Moro é suspeito de corrupção. •

DE VOLTA À CENA DOS CRIMES

O ex-presidente reaparece em Brasília, depois de uma temporada de três meses nos Estados Unidos, tentando fugir de investigações sobre os delitos cometidos ao longo dos últimos quatro anos. Além do escândalo das joias, Bolsonaro enfrenta ações na Justiça Eleitoral e tem contra si 700 mil mortes por covid-19 na pandemia

Brasília, 30 de dezembro de 2023. Às 6h37, o homem que é acusado de ser "um perigoso marginal, um delinqüente, um facínora, o inimigo público número 1", e que carrega nas costas a morte de 700 mil brasileiros por sua irresponsabilidade na condução da pandemia no Brasil em três anos, desembarcou no aeroporto da capital federal. O ex-capitão vinha de Orlando, nos Estados Unidos. Jair Messias Bolsonaro foi recebido por pouco mais de 200 pessoas. Aos gritos, os aloprados bolsominions gritavam: "o mito voltou".

Pois o mito voltou para a cena dos crimes que cometeu ao longo dos últimos quatro anos. Desembarcou saltitante e disposto a fazer caras e caretas. Deu declarações como se fosse o líder das massas e, em nome da oposição, vociferou contra o governo do presidente eleito em outubro, que o derrotou nas urnas: "Lula não fará o que bem entender com o país". O tom de indignação soa falso, diante da montanha de acusações que o ex-presidente tem contra si. Ele pode ser declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral por apontar fraude nas urnas.

Bolsonaro terá de se ver ainda com a Justiça Federal, por conta do mais novo escândalo de corrupção que o envolve junto com a mulher Michelle. Ele é investigado por crime de peculato, no desvio de até três lotes de joias preciosas entregues pela ditadura saudita como presente para o Estado brasileiro.

Relógios, pulseiras e colares de diamantes foram desviados por representantes do governo brasileiro para serem entregues diretamente nas mãos do ex-mandatário. Impostos não foram recolhidos e o ex-presidente tentou usar o peso do cargo para "incorporar" as joias no valor de US$ 3 milhões ao seu patrimônio. Em bom português: ele roubou patrimônio público.

Ao descer no aeroporto de Brasília, não explicou porque levou na mão grande outros dois presentes milionários entregues pelo governo da Arábia Saudia,

dois estojos com relógios da grife Chopard, crivados de diamentes, acompanhados ainda de canetas tinteiro e abotoaduras. Disse que recebeu joias "porque eles são riquíssimos".

E saiu pela tangente: "A rainha da Inglaterra ganhou R$ 50 milhões. Eles (reino da Arábia Saudita) têm dinheiro, pô! É o prazer deles dar o presente. Esse sheik me convidou, eu fui na casa dele, fiquei na casa dele. Ele tem coisas que nós não temos: três esposas, por exemplo. Eles são muito bem sucedidos. São riquíssimos, e eles procuram agradar às pessoas. Mas sou um cara que continuo com o meu reloginho aqui, graças a Deus".

A Polícia Federal intimou o ex-presidente a depor no inquérito que investiga a entrada ilegal de joias no país. O testemunho do ex-capitão do Exército ocorrerá nesta quarta-feira, 5. Ele terá de explicar as circunstâncias em que recebeu as joias entregues por autoridades brasileiras – uma caixa foi dada nas mãos de Bolsonaro no final de 2021 pelo então ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque. Outra caixa está escondida na fazenda do ex-piloto de automóveis Nelson Piquet.

Desde janeiro de 2019, quando assumiu a Presidência, Bolsonaro foi alvo de mais de 160 processos em tribunais de 17 estados e do Distrito Federal, ao longo dos primeiros 2 anos e 8 meses de governo. As ações vão desde a atuação do seu governo durante a pandemia até o uso da máquina pública em benefício próprio, crimes ambientais, porte de armas de fogo, apologia à ditadura militar e outros atos de improbidade administrativa, corrupção e peculato.

Em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) começou a enviar às instâncias inferiores, alguns dos casos em que Bolsonaro figura como parte, em razão da perda do foro privilegiado que gozava até o final de dezembro. A ministra Cármen Lúcia despachou, para a alçada do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, oito queixas-crimes que estavam sob sua responsabilidade, declinando a competência do STF para julgá-las. Os ministros Edson Fachin e Luiz Fux enviaram duas ações para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

AO REGRESSAR AO BRASIL, BOLSONARO TERÁ DE RESPONDER ÀS DEZENAS DE INQUÉRITOS E AÇÕES SOB A ACUSAÇÃO DE DIVERSOS DELITOS

Mas ainda restam no STF outros pelo menos seis inquéritos, entre eles os que tratam dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, do vazamento de dados de investigação sigilosa da Polícia Federal, de interferência política na PF, de difusão de fake news e de declarações dadas durante a pandemia da Covid-19. Os casos estão nas mãos do ministro Alexandre de Moraes, que foi alvo de ataques ao longo de 2020, 2021 e 2022, tendo sido chamado de "canalha" pelo ex-presidente. •

Olimpio

Ricardo Stuckert

LULA 3 ESTÁ BEM AVALIADO

Levantamento do IPEC indica diferentes composições das avaliações do presidente comparado ao seu antecessor. Governo vai bem entre aqueles com mais de 60 anos e pretos e pardos

Matheus Tancredo Toledo

Neste artigo, damos sequência à análise da mais recente pesquisa IPEC, o antigo Ibope. Aqui, Aprofundamos a análise de três recortes da pesquisa – as segmentações da avaliação do governo Lula por gênero, faixa etária e raça/cor. O padrão de avaliação da administração atual nestes segmentos difere substancialmente do que vimos durante o período do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Entre os homens, a aprovação de Lula é de 40%, enquanto a avaliação regular é de 29% e a negativa de 26%. Já entre as mulheres, 41% de aprovação, 32% de avaliação regular e 22% de negativa. Considerando os limites das margens de erro, os números são bastante semelhantes.

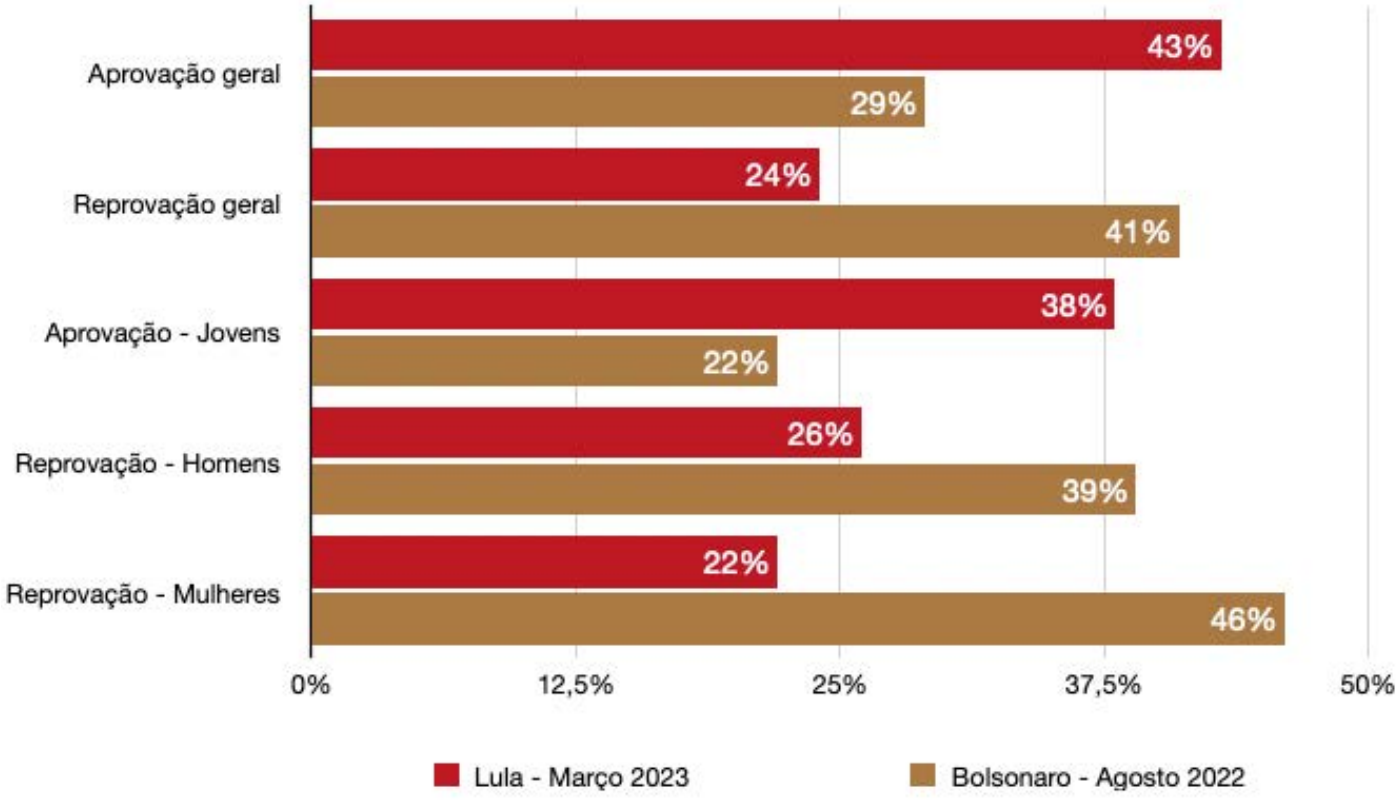
Já por faixa etária, o governo Lula é melhor avaliado entre os que possuem mais de 60 anos: a aprovação neste segmento é de 48%, a avaliação regular é de 23% e a reprovação alcança 21% dos mais velhos. Entre os mais jovens, Lula é aprovado por 38%, avaliado regularmente por 40% e reprovado por 17%.

Entre a parcela da população que se considera preta ou parda, o governo Lula é aprovado por 43%, considerado regular por 30% e reprovado por 21%. Entre a parcela que se considera branca, o governo é bem avaliado por 37%, reprovado por 28% e outros 31% consideram o governo regular.

Em termos gerais, a pesqui-

PERCEPÇÃO DAS GESTÕES DE LULA E BOLSONARO

Como os dois presidentes foram avaliados pelos brasileiros, incluindo faixa etária e gênero



Fonte: Ipec

sa trouxe a aprovação de Lula em 41%, a avaliação regular em 30% e a reprovação em 24%. No artigo anterior, demonstramos que esta é a melhor avaliação em início de mandato desde o primeiro governo Dilma. E a comparação entre a avaliação negativa de Lula e a votação de Bolsonaro indica um arrefecimento no bolsonarismo.

Por isso, a comparação com a trajetória da avaliação do governo Bolsonaro é pertinente. O Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe) da Fundação Perseu Abramo já havia indicado, em artigos anteriores, que durante o governo Bolsonaro as segmentações por gênero, idade e raça, entre outros, eram decisivos para entender o apoio ao ex-presidente.

Em agosto de 2022, durante o governo Bolsonaro, havia uma discrepância na reprovação do então governo na ordem de 7 pontos percentuais, no recorte de gênero: 39% dos homens consideravam ruim ou péssimo a administração do líder da extrema direita, número que entre as mulheres era de 46%. Entre os jovens, a aprovação era de 22%, 7 pontos a menos que a média da população.

Assim, poderíamos esperar que, por exemplo, homens reprovassem em maior medida o governo Lula por terem apoiado mais o governo do ex-presidente. Isso porque seriam mais sensíveis a integrar o bolsonarismo. Essa primeira pesquisa, no entanto, indica que não parece ser o caso.

48%

é o percentual de pessoas com mais de 60 anos que aprovam o governo Lula. A avaliação regular soma 23% e a reprovação, 21%

O sentido inverso, nessa análise, também merece destaque. Durante o governo Bolsonaro – e em pleno o processo eleitoral –, segmentos como as mulheres, os mais jovens e a população preta/parda sustentavam, junto com a base da pirâmide social, o alto índice de intenção de voto em Lula e a rejeição ao bolsonarismo.

No presente momento, à exceção dos mais pobres (que já abordamos anteriormente), os outros segmentos aproximam-se da média na avaliação de Lula. Um acompanhamento sistemático da opinião pública no próximo período responderá se tais questões se configuram como tendência ou apenas um retrato do momento. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

Agência Brasil

NOVO TEMPO Os ministros Fernando Haddad e Simone Tebet anunciam o plano fiscal do governo à imprensa, ressaltando que a medida vai contemplar investimentos sociais com equilíbrio das contas públicas até 2026

POR UMA NOVA POLÍTICA FISCAL

O ministro Fernando Haddad anuncia as regras fiscais de gestão das contas do governo Lula, que condicionam os investimentos ao aumento da receita e sinalizam com superávit das contas em até três anos. É uma aposta diante do teto de gastos de Temer e Bolsonaro, que estrangularam investimentos e levaram o Brasil à estagnação da economia e ampliação das desigualdades sociais

O mercado respirou aliviado no final da semana, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, veio a público para mostrar quais são as regras fiscais que o governo Lula 3 vai seguir até 2026. "O teto de gastos está sendo substituído hoje por regra que procura sanar deficiências anteriores", disse na quinta-feira, 30, sepultando a proposta de austeridade fiscal a qualquer custo, estabelecida pelo governo Michel Temer, que ampliou a desigualdade e restringiu os investimentos do governo.

Esta fase de austericídio, que deixou o país com 33 milhões de famintos e 15 milhões de desempregados, além de 50 milhões de brasileiros vivendo na informalidade, está superado. Agora, o governo Lula propõe em seu desenho de regra fiscal que o crescimento das despesas federais seja limitado a 70% do avanço das receitas projetado para o mesmo ano.

A preocupação com o bem-estar da população continua. 'Não se pode admitir fome no Brasil', disse Haddad ao anunciar o novo marco fiscal. O plano vincula crescimento de despesas federais à receita, mas sem impor sacrifícios à população. A política de austeridade a qualquer custo é coisa do passado. "Vamos compatibilizar social e fiscal, com credibilidade, previsibilidade e transparência", disse.

Na prática, o Ministério da Fazenda pretende trabalhar com uma nova trava para as despesas, que cresceriam em ritmo menor do que a arrecadação, de forma

a fazer as contas melhorarem nos próximos anos e saírem do vermelho. "O investimento ficava prejudicado nesses momentos, como aconteceu agora", explicou Haddad, em referência ao período com impacto da pandemia. "Para além da confiança, a própria regra precisa dispor de mecanismos de autocorreção. Senão, gestores públicos vão ficar em uma situação difícil para corrigir rumo".

Ainda na quinta-feira, 30, o mercado financeiro recebeu com boa vontade as novas regras fiscais, com uma recepção positiva. Tanto que a cotação do dólar caiu e a bolsa subiu. É fato que a moeda americana apresenta fraqueza no exterior. O presidente do conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco elogiou: "novo arcabouço fiscal é robusto e abre espaço para queda de juros".

No meio político, a recepção também foi tranquila. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez uma avaliação positiva das chances de avanço no Congresso Nacional. Ele ressaltou que há disposição no parlamento de contribuir para o avanço da proposta, mesmo entre parlamentares que fazem oposição ao governo. Mesmo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi receptivo: o arcabouço vai ser uma diretriz, mais flexível do que o teto de hoje.

Os investimentos federais terão um piso no chamado "novo arcabouço fiscal". Ou seja, serão corrigidos pela inflação. A nova regra da equipe econômica prevê que o resultado primário das contas públicas (diferença entre receitas e despesas) que ficar acima do limite da meta estabelecida poderá ser utilizado para investimentos. Além disso, o piso da enfermagem e o Fundeb ficarão de fora da regra de controle de gastos.

Isso significa que, se a arrecadação do governo aumentar R$ 100, as despesas poderão ser elevadas em R$ 70. "A despesa necessariamente vai correr atrás da receita. Você vai ampliar o espaço de economia para dar sustentabilidade às contas públicas", explicou Haddad, em entrevista coletiva na sede do ministério, em Brasília, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet.

De acordo com as novas regras fiscais, o crescimento da despesa será entre 0,6% a 2,5% ao ano acima da inflação. O ministro destacou que a eficácia da nova regra depende da correção de distorções no sistema tributário. Ou seja, a eficácia do modelo depende da aprovação da reforma do Judiciário pelo Congresso Nacional. A colunista Míriam Leitão, do jornal *O Globo*, avalia que Haddad atuou bem: "Operação

AS NOVAS REGRAS FISCAIS

Investimentos

Haverá um piso para os aportes em investimentos. Esse piso será de R$ 75 bilhões mais a inflação do ano.

Trava para gastos

As despesas do governo deverão crescer abaixo da expansão das receitas. Os gastos só poderão subir o equivalente a até 70% da variação da receita. A receita apurada será entre julho de um ano e junho de outro, já que o Orçamento é enviado em agosto. Em 2024, por exemplo, a receita considerada será entre julho de 2022 e junho de 2023.

Gastos

Haverá uma banda para o crescimento real das despesas, independentemente do comportamento da arrecadação. As despesas sempre crescerão entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da inflação. O objetivo é criar um mecanismo anticíclico. Ou seja, em momentos de economia mais fraca, o gasto seria maior. E em momentos de alta, isso não vira gasto.

Educação e saúde

Investimentos em educação, especificamente no Fundeb, ficarão de fora do limite para gastos, porque já preveem vinculação constitucional. Os gastos com o novo piso de enfermagem também serão excluídos da trava nos gastos.

Resultado primário

As contas públicas terão superávit em 2025. A previsão para 2023 é de um déficit primário (receitas menos despesas, descontando o pagamento de juros da dívida púbica) de 0,5% do PIB. Em 2024, déficit zero. E, em 2025, superávit de 0,5% do PIB.

Bandas

As metas de resultado primário seriam cumpridas dentro de bandas, com um intervalo de 0,25% para mais e para menos. Para este ano, a margem é de um déficit entre 0,25% do PIB e 0,75% do PIB.

Margem

Se as contas públicas tiverem um resultado superior ao previsto na meta, este excedente será direcionado a investimentos.

Trava

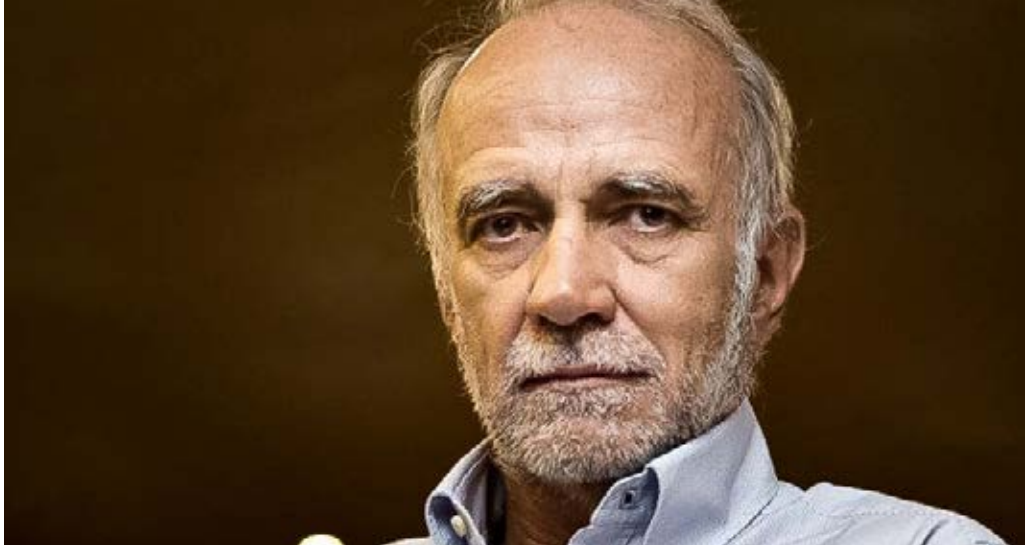
Se o resultado primário das contas públicas ficar abaixo da meta, o governo é obrigado a reduzir as despesas para no máximo 50% da expansão da receita no ano seguinte.

política para apresentação do arcabouço foi bem-sucedida", escreveu a jornalista.

"O importante é que o arcabouço é mais flexível que o teto de gastos, então tem mais chance de ser cumprido", apontou a veterana comentarista econômica. "Ainda acho que é mais pró-cíclico do que anticíclico, ou seja, quando subir a arrecadação há um limite para o crescimento da despesa. Quando tiver vento um contra, tem um amortecimento. Estimula o crescimento no crescimento e aumenta a queda na queda", descreveu, elogiosa.

O próprio Haddad entrou em campo, se desdobrando entre o parlamento e atendimento a jornalistas para mostrar como será o novo cenário das contas públicas brasileiras. Ele aposta na aprovação das medidas, inclusive do pacote da reforma tributária: "Já vamos encaminhar para o parlamento as medidas saneadores para dar consistência: aqueles setores que estão muito beneficiados, ou setores novos que não estão regulados, como apostas eletrônicas. É um item de uma lista extensa, benefícios indevidos e fraudes. Vamos acabar com uma série de abusos que foram cometidos", disse o ministro da Fazenda.

A nova norma, se aprovada pelo Congresso, vai substituir o teto de gastos, que desde 2017 atrela o crescimento das despesas à inflação. Por conta do chamado de teto de gastos, imposto pelo governo Temer e aprovado pelo Congresso Nacional de maneira acrítica, houve uma piora significativa do bem-estar da população brasileira, com queda vertiginosa dos investimentos em políticas psociais. "É uma regra que compatibiliza o que era bom da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com o que era bom de uma regra de gasto", disse Haddad. •



Divulgação

LARA RESENDE: O BC SE ACHA

Um dos pais do Plano Real volta a criticar Campos Neto, que divulga ata com "recados ao governo". Diz o economista: o Banco Central se considera quarto poder e quer enquadrar Lula e o Congresso Nacional

O Banco Central está completamente equivocado na condução da política monetária ao insistir na manutenção da Selic em taxas pornográficas de 13,75%. A avaliação foi explicitada na última quarta-feira, 29, pelo economista André Lara Resende, um dos pais do Plano Real. Ele aponta que o governo e o país correm riscos com a falta de responsabilidade do BC, que divulgou na terça-feira, 28, a última ata do Comitê de Política Monetária repleta de "recados" à equipe econômica e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Achei uma expressão impressionante da arrogância do BC de extrapolar sua competência, suas atribuições jurídicas", disse o economista, sobre a ata do Copom. A declaração de Lara Resente veio na entrevista concedida pelo ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). "O BC [acha que é] quarto poder que dá lições de moral e se considera acima dos demais poderes. É muito preocupante".

Lara Resende não apenas considera a política monetária conduzida por Roberto Campos Neto, presidente do BC, completamente equivocada, como nociva ao desenvolvimento do país. E mais. Ele diz que Campos Neto foi intoxicado por delírios de grandeza, ao interferir nas atribuições do Executivo e do Legislativo, extrapolando as atribuições legais da instituição.

Ele lembrou as reais atribuições do BC: "Por lei, autonomia operacional para garantir a estabilidade de preço e sustentabilidade do sistema financeiro e o pleno emprego", pontuou. "O BC não tem o que dizer sobre questão fiscal, não é atribuição do Banco Central. O BC está se arvorando com uma equipe de jovens tecnocratas que acreditam piamente nos modelinhos equivocados que eles estão olhando e se acham no direito de passar pito no Congresso, o presidente eleito e o Judiciário", lamentou o economista.

Sobre a política monetária, o economista apontou onde o Banco Central erra ao determinar a taxa de juros, justificada no patamar atual por um suposto temor inflacionário: "A inflação certamente não é de demanda no Brasil", afirmou. • **Agência PT**

NOVO HORIZONTE PARA A ECONOMIA

Governo Lula coloca o país no rumo do desenvolvimento com justiça social ao anunciar regras fiscais que garantam equilíbrio das contas públicas e investimentos em programas para o povo

Odair Cunha

Mais um grande passo para o Brasil sair do atoleiro econômico e social foi dado pelo governo Lula com o anúncio do novo arcabouço fiscal. A ser aprovada pelo Congresso Nacional, a proposta rompe o nefasto teto de gastos imposto ao país com o Golpe de 2016, que impedia qualquer crescimento das despesas em termos reais. E isso sem deixar de garantir a manutenção da responsabilidade fiscal, marca dos dois primeiros mandatos do presidente Lula.

A mudança parte de entendimento do governo do PT e aliados de que o teto de gastos não permitiu que o país investisse como deveria nos últimos anos, trazendo prejuízos para diversas áreas, como infraestrutura, moradia, educação e saúde. Com a proposta, garante-se espaço para programas sociais, principalmente Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida e aumentos reais para o salário mínimo, ao mesmo tempo em que se demonstra claramente aos investidores o esforço do governo em controlar as contas públicas.

Esse esforço invalida o argumento que tem sido usado para manter a execrável política de juros altos adotada pelo Banco Central autônomo, numa prática totalmente contrária aos interesses nacionais. Baixar a taxa real de juros – a maior do mundo – é fundamental para que o Brasil volte a crescer, com geração de empregos e renda.

A proposta anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, junto com a ministra do Planejamento, Simone Tebet, é importante para todos os agentes econômicos, dos setores produtivo e financeiro, e para investidores nacionais e estrangeiros.

O novo arcabouço prevê zerar o déficit das contas do governo federal já em 2024. A partir de 2025, terceiro ano do governo Lula, o objetivo é fechar as contas no azul. Pela proposta, a dívida pública ficará estabilizada em 2026. A previsão é de que as despesas públicas não poderão crescer mais do que 70% da variação da receita, e ainda terão um limite máximo e mínimo de expansão anual.

Busca-se com isso recuperar a credibilidade e, principalmente, a previsibilidade da política fiscal. As medidas vão permitir que a sociedade brasileira e investidores tenham um horizonte de investimentos no Brasil mais nítido do que hoje.

Para os trabalhadores e trabalhadoras, e também a classe média, as perspectivas são promissoras. Com os pobres de volta ao orçamento e a recuperação da capacidade do Estado de investir em políticas públicas, teremos menos inflação, menos juros e mais investimento.

A aprovação do arcabouço fiscal ainda pavimenta o caminho para a aprovação da reforma tributária, igualmente essencial, pois o atual sistema é injusto, com pobres e classe média pagando mais impostos, proporcionalmente, que milionários e bilionários.

Como disse o presidente Lula, é preciso garantir a implementação de políticas sociais e ambientais e o crescimento da economia, tudo com responsabilidade fiscal, tradição em seus dois mandatos anteriores.

Trata-se de assegurar um futuro esperançoso ao Brasil, que tem plenas condições de voltar a ocupar lugar de destaque na economia mundial, mas de maneira sustentável e com justiça social. •

Deputado federal por Minas Gerais, é líder em exercício da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Isaac Fontana/EFE

TRAGÉDIA Crime aconteceu na Escola Estadual Thomázia Montoro. Aluno matou a professora Elizabet Tenreiro

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Adolescente de 13 anos invade escola e promove um ataque mortal contra educadores e alunos. Esfaqueada, uma professora de 71 anos não resiste e morre. Mas o governo de São Paulo anuncia que vai reforçar ronda policial em colégios

As imagens, daquelas que nenhum adulto responsável quer ver, percorreram as emissoras de televisão, foram estampadas nos portais e reproduzidas ad infinitum nas redes. Editadas ou congeladas, mostravam o horror: um adolescente, vestido de preto, rosto coberto por capuz também preto, esfaqueia a professora que estava fazendo a chamada, às 7h20 da manhã, de segunda-feira, 27. Em seguida, o rapaz de 13 anos ataca com a mesma arma outra mulher, que tenta se defender. Em outra cena, duas mulheres finalmente contém e desarmam o agressor.

O ataque, que ocorreu na Escola Estadual Thomázia Montoro em São Paulo, deixaria um rastro de sangue e medo na comunidade escolar. A primeira professora atacada, Elizabeth Tenreiro, de 71 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu. Outras cinco professoras – Ana Célia da Rosa, Rita de Cássia Reis, Cinthia da Silva Barbosa, Sandra Pereira Mendes e Jane Gasperini Apergis – e um aluno ficaram feridos.

Ataques de pessoas armadas em escolas acontecem no Brasil desde 2002. De lá para cá, ocorreram 22 ataques planejados por alunos e ex-alunos, com um total de 36 mortes, de acordo com levantamento de pesquisadores da Unicamp e da Unesp. Desde a pandemia, no entanto, é um por mês: 9 desses 22 ataques aconteceram entre agosto de 2022 e março de 2023 e deixaram sete mortos.

O padrão é mais ou menos o mesmo: agressor sem antecedentes criminais, aluno ou ex-aluno da própria escola invadida que entram para causar o maior estrago no menor tempo possível. Os agressores apanhados com vida (alguns cometem suicídio ou ten-

Reprodução

VÍTIMA Elizabeth Tenreiro começou a lecionar há poucos anos, depois de se aposentar como profissional de saúde. Morreu em sala de aula, aos 71 anos

tam) em geral não oferecem resistência à polícia ou autoridades e, em sua maioria, são muito jovens.

Muitos deles planejam cuidadosamente o ataque com antecedência, às vezes com ajuda de outros parceiros que conhecem virtualmente. Alguns traços psíquicos comuns emergem, como a introversão, o gosto manifesto ou enrustido por games e brincadeiras violentas, histórico de bullying, como promotores e/ou vítimas.

O agressor do ataque da Vila Sônia, bairro de classe média em São Paulo, assim que foi preso, disse que tinha assassinado a professora de biologia Bete, como preferia ser chamada na escola, e agredido as demais "por vingança". Ela teria advertido o adolescente por um xingamento racista em uma briga entre alunos, dias antes.

No curso das investigações até agora, foram revelados outros elementos que podiam ter antecipado e, quem sabe, prevenido o ataque. Em uma rede social aberta, o jovem usava o sobrenome do agressor da escola de Suzano, Taucci. Relatos de ameaças, interesse em armas de fogo e até mesmo um convite a uma colega para participar do ataque começaram a aparecer.

CRIME NO COLÉGIO THOMÁSIA CHOCOU MAIS UMA VEZ O BRASIL. MAS ASSASSINATOS EM SALAS DE AULA ESTÃO SE REPETINDO COM INTENSIDADE

Se à polícia falou em "vingança" dirigida às professoras que lhe chamam atenção por causa de racismo, em carta deixada à família antes do crime, ele disse ter "feito uma besteira" por raiva, tristeza e ser vítima de bullying. Ao mesmo tempo, não apenas disse na carta ter planejado o ataque por dois anos. Dias antes do evento, tentou comprar uma arma de fogo. E, por fim, num usou a mesma máscara, com desenho de caveira, usada pelos atiradores do massacre em Suzano (São Paulo) e em Aracruz (Espírito Santo). O símbolo é usado por supremacistas americanos.

No dia do ataque, Guilherme "Capitão" Derrite, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, declarou que, entre as medidas da pasta para evitar os ataques está o reforço de policiamento. "O que nos cabe agora é intensificar os programas que já existem, em especial a ronda escolar, o programa Vizinhança Solidária Escolar, fazer com que novas tragédias como essa possam ser evitadas e não aconteçam", disse.

Ainda que a ronda escolar da polícia possa ser eficaz para garantir a segurança de alunos, professores e funcionários no entorno das escolas públicas, ela contribui pouco para a prevenção deste tipo de episódio. Na Vila Sônia, a Ronda foi chamada e chegou apenas para encaminhar o estudante para a delegacia. Ou seja, depois que o aluno já tinha sido contido e desarmado por professoras.

Os casos de violência nas escolas, entretanto, exigem mais do que força policial. Além de serviço de inteligência e monitoramento, prescindem de ajuda especializada em saúde mental. Psicólogos nas Escolas, programa criado durante a pandemia para auxiliar professores, alunos e funcionários na volta às aulas presenciais em 2021, foi interrompido pelo governador de São Paulo, o bolsonarista Tarcísio de Freitas, no início do ano letivo.

O programa colocava à disposição do sistema público de ensino mil psicólogos, que atendiam as mais de 5 mil escolas no estado inteiro, para lidar com as questões emocionais e psíquicas da comunidade escolar que se agravaram com o confinamento na pandemia.

Além disso, a disseminação da cultura incel e de ideologias racis-

tas e/ou de supremacia racial pelas redes sociais tem cobrado seu preço. Incel, abreviação de "involuntary celibates" (ou celibatários involuntários), adolescente ou homens muito jovens que se reúnem em fóruns virtuais para partilhar ódios, frustrações e fracassos de relacionamento, são marcados pela misoginia e violência. Muitas vezes, surgem a partir de relações de amizade em torno de videogames ou de cultura pop.

Ainda que, nas faixas etárias superiores possa estar relacionado com experiências sexuais e afetivas ruins, atrai também adolescentes que nem chegaram a experimentar nada e já se sentem derrotados de saída. E, se nem todo incel é um supremacista branco, essa subcultura transmuta a frustração em ódio com a ajuda ao culto de símbolos da masculinidade mais agressiva, como armas de fogo. Seus heróis da vida real são aqueles que conseguem se destacar da pior maneira: atacando, ferindo e matando covardemente crianças e mulheres.

"Vou ver se consigo fazer pelo menos uma 'kill'", disse o adolescente de 13 anos em mensagem nas redes, procurando o apoio e aprovação de seus pares. A chamada "pressão do grupo", que costuma ser particularmente aguda na adolescência, nesses casos de violência se traduz no que os especialistas chamam de "efeito de contágio". O tratamento sensacionalista da imprensa, cuja cobertura intensiva e com publicação de imagens detalhadas e sem cortes das agressões, estimula a imitação daquele comportamento, pois torna seu autor, de alguma forma, "famoso", destacado dos demais.

Não tardou. Dois dias depois dos ataques à escola Thomázia, foram registrados sete boletins de ocorrência pela Secretaria Estadual da Segurança Pública de São Paulo com "planos de ataques". •

COVID, ANO TRÊS: 700 MIL MORTOS

Brasil chega à marca triste de segundo país no mundo com mais mortes pela doença, atrás ainda dos Estados Unidos. Isso apesar dos esforço do governo Lula e da sociedade civil para levar vacinas a todos

Em três anos, 700 mil pessoas morreram de covid no Brasil. A triste marca alcançada pelo país na pandemia foi superada na terça-feira, 28 de março, 36 meses e 17 dias desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-17 um fenômeno global, por conta da disseminação da mutação do vírus, batizado como coronavírus, que provocava uma infecção respiratória que poderia ser muitas vezes letal.

Em nota oficial, o Ministério da Saúde lembrou que a pasta lançou o Movimento Nacional pela Vacinação no fim de fevereiro e informou que mais de 6 milhões de doses de reforço bivalentes já foram aplicadas. "Temos que olhar para o passado, mas ao mesmo tempo, afirmar que o Ministério da Saúde não pode mais incorrer em erro de não coordenar, de não cuidar, de não tratar", disse a ministra Nísia Trindade. "Precisamos estar unidos para que novas tragédias não se repitam. Estamos juntos nessa luta. A memória não morrerá".

Para efeito de comparação, 700 mil pessoas é equivalente a toda população de cidades grandes como Aracaju, capital de Sergipe, ou municípios como Sorocaba (SP) ou Contagem (MG). O Brasil ocupa um desonroso posto de segundo lugar entre os países com mais mortes – apenas os Estados Unidos estão à frente, com mais de 1,1 milhão de mortos.

É preciso lembrar que ambos os países, não por coincidência, viveram a pandemia total ou parcialmente sob governos de extre-

ma-direita, que menosprezaram a gravidade da doença, negaram evidências científicas, contrariaram a ciência e desassistiram a população em um momento de crise sanitária sem precedentes.

Para além das piadas, do deboche e da falta de empatia, Jair Bolsonaro, como tentou mostrar a CPI da Covid, foi o responsável direto pela farsa do "tratamento precoce", incentivando o uso de remédios na melhor das hipóteses ineficazes, como a cloroquina e a ivermectina, e pelo atraso criminoso na compra de vacinas. Ele retardou a chegada ao Brasil da única medida cientificamente comprovada para conter a pandemia. Para provar suas crenças, fundadas numa combinação fatal de ignorância e desconfiança, Bolsonaro lavou as mãos para as mortes que multiplicavam à velocidade assustadora.

No Ano 1 da Pandemia, diante da perplexidade mundial e de orientações contraditórias, o intervalo foi de cinco meses entre o paciente de número um e o centésimo milésimo. Em 2021, mesmo com esforços de profissionais de saúde dedicados, os marcos das centenas de milhares seguintes se sucederam em poucas semanas, fazendo os 200 mil em janeiro chegarem a 600 mil em outubro.

Isso tudo apesar de as vacinas estarem sendo desenvolvidas ou começando a chegar, mesmo com todas as tentativas de boicote, por parte do governo e do Ministério da Saúde, por ação direta ou omissão.

O luto e a dor por trás das estatísticas, no entanto, nem precisam ser lembrados em todos os detalhes, uma vez que os casos de covid registrados e notificados no Brasil até hoje são mais de 37 milhões – cerca de 17% da população total do país. Numa ilação razoável, isso permite dizer que só não sofreu com a pandemia quem estava de olhos vendados. Para quem esteve acordado e insone, e viu de perto a morte, ou para quem simplesmente estava atento e conserva um mínimo de empatia, esse foi um período de trevas.

BOLSONARO É RESPONSÁVEL DIRETO PELAS MORTES, QUE SÃO FRUTO DA SUA POLÍTICA IRRESPONSÁVEL DURANTE A PANDEMIA

Neste terceiro ano de pandemia, apesar de o ritmo de mortes ter desacelerado com a adesão da povo à imunização ainda há um longo caminho a percorrer. Dois pontos principais ainda preocupam o Ministério da Saúde: a baixa cobertura vacinal contra a covid em algumas faixas etárias, como crianças menores de 8 anos, e a mortalidade até três vezes maior por covid em pessoas não vacinadas em comparação àquelas que receberam doses.

Fruto do negacionismo criminoso das ondas anti-vacina e das mentiras sobre efeitos colaterais propaladas nas redes sociais, a recusa em se vacinar ou a levar para vacinar crianças pequenas é o alvo principal de campanhas do governo e da sociedade civil para esclarecer e estimular a vacinação. •

R$ 1,4 MILHÃO PARA VÍTIMAS DE ENCHENTES NO ACRE

O governo Lula, por intermédio dos ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional, liberou recursos de mais de R$ 1,4 milhão para socorrer as vítimas das enchentes que assolaram o estado do Acre. A verba é destinada para a compra de cestas básicas, kits de higiene e de limpeza, colchões e demais materiais emergenciais.

Logo após os estragos provocados pelas enchentes registradas nos últimos dias, o ministro da Integração, Waldez Góes, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foram ao Acre no domingo, 26, para acompanhar de perto a situação dos municípios atingidos pelas chuvas intensas.

De acordo com o governo estadual, entre as cidades mais atingidas pelas cheias estão a capital, Rio Branco, e os municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri. Na capital, quase 700 famílias ficaram desabrigadas e estão em 39 abrigos espalhados pela cidade. Equipes formadas por profissionais de saúde garantem o atendimento médico às vítimas, realizando um monitoramento diário com prioridade para idosos e crianças.

O grande volume de água provocou o transbordamento do rio Acre e de igarapés, fazendo com que a inundação atingisse 48 bairros da capital. De acordo com a Defesa Civil, o nível do rio Acre chegou a 16,8 metros e isso ultrapassou a cota de alerta – 13,50 metros – e também a de transbordamento que não pode superar os 14 metros. • **Agência PT**

Storni/Revista "Careta"

4 de abril de 1935

CONGRESSO SANCIONA A 'LEI MONSTRO'

O presidente Getúlio Vargas sanciona a Lei de Segurança Nacional, que define os crimes contra a ordem política e social e estabelece penas para quem infringi-las. Elaborado pelo ministro da Justiça, Vicente Rao, e pelo deputado federal Raul Fernandes, o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 30 de março.

A Lei Monstro acabava com liberdades garantidas pela Constituição de 1934: criminalizava a chamada "incitação ao ódio entre as classes sociais" e vetava a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social. Também impedia a impressão e a circulação de livros, panfletos e quaisquer publicações consideradas subversivas.

Para muitos juristas, a nova lei permitia a prisão e condenação de cidadãos sem direito à ampla defesa. Os crimes previstos pela lei seriam julgados por um tribunal federal.

A oposição à lei foi enorme por parte do movimento operário, militares, democratas e partidos de esquerda. Desde o final de 1934, quando surgiram os primeiros rumores da elaboração da nova lei, lideranças de trabalhadores, militares – inclusive de altas patentes – e militantes dos partidos de esquerda vinham sendo presos, manifestações e greves, duramente reprimidas, e jornalistas, agredidos e presos.

As greves, que pipocaram depois da aprovação da Constituição, passaram a incluir em suas reivindicações a manutenção das liberdades que a Lei Monstro pretendia abolir.

O clima político do país se deteriorou, com confrontos entre integralistas e esquerdistas em várias cidades. A "ameaça comunista" virou um pretexto usado constantemente pela polícia e pelos governos estaduais para amedrontar a população e justificar a repressão.

1° de abril de 1939

FRANCISCO FRANCO VENCE A GUERRA CIVIL NA ESPANHA

O general Francisco Franco – líder dos falangistas, que tiveram apoio militar de Adolf Hitler e Benito Mussolini – declara o fim da Guerra Civil Espanhola, com a derrota da República e da Frente Popular, sustentadas pelos democratas e pelas esquerdas espanholas. O violento conflito deixa um país destruído e mais de 500 mil mortos.

Desde 1938 a Espanha estava dividida pelas tropas de Francisco Franco, que isolaram Madri e a Catalunha do resto do país. Em janeiro do ano seguinte, os falangistas entraram em Barcelona e, em 23 de março, Madri rendeu-se depois de poderosos ataques, inclusive de aviões nazistas, que ocorreram durante quase três anos.

Os Estados Unidos reconheceram o novo governo espanhol, e o presidente Franklyn Roosevelt suspendeu o embargo das exportações de material de guerra para aquele país.

O Generalíssimo Franco assumiria a chefia do Estado e permaneceria no poder até morrer, em 1975. Milhares de espanhóis atravessaram a fronteira com a França, tentando escapar da violência.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br
memorialdademocracia.com.br

Arquivo/UnB

9 de abril de 1964

TROPAS DO EXÉRCITO INVADEM O CAMPUS DA UNB

Na manhã de 9 de abril, tropas do Exército e da PM de Minas Gerais chegam em 14 ônibus, preparadas para possíveis confrontos, e pega de surpresa o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Anísio Teixeira, e o vice-reitor, Almir de Castro. Começava a primeira de uma série de violências contra a universidade criada por Darcy Ribeiro.

Idealizada para ser a universidade de um novo Brasil, com um currículo aberto e professores vindos de vários países, a UnB seria duramente atingida pela ditadura, que perseguiu estudantes, professores e funcionários. O próprio Darcy Ribeiro que havia sido chefe do Gabinete Civil no governo de João Goulart foi perseguido.

Os militares ocuparam o campus e revistaram estudantes em salas de aula atrás de armas e de "propaganda subversiva". Houve prisões e interrogatórios. A biblioteca e salas dos professores ficaram interditadas por duas semanas. Teixeira, um dos pioneiros da escola pública de qualidade no país, e Castro foram demitidos.

ATO Nº 1 DA DITADURA RASGA A CONSTITUIÇÃO

A ditadura militar decreta o Ato Institucional Nº 1 que revoga garantias democráticas da Constituição em vigor desde 1946. O Ato instituiu o Comando Supremo da Revolução, formado pelos militares que já vinham exercendo o poder: Costa e Silva, da Guerra (Exército); Augusto Rademaker, da Marinha; e Correia de Melo, da Aeronáutica. A imunidade parlamentar foi suspensa e os mandatos cassados, sendo suspensos por dez anos os direitos políticos de cem cidadãos.

A lista incluiu os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória, o deputado Leonel Brizola, o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, o líder comunista Luís Carlos Prestes, o ex-ministro Celso Furtado e 40 deputados federais.

4 de abril de 1966

ARENA NASCE PARA DIZER 'SIM, SENHOR'

A Aliança Renovadora Nacional (Arena) é fundada para apoiar a ditadura, dentro do sistema bipartidário criado pelo Ato Institucional nº 2. Aderem ao partido praticamente todos os integrantes da antiga UDN, que tinha feito feroz oposição aos governos trabalhistas de Getúlio Vargas e João Goulart, e a maior parte do antigo PSD, partido do ex-presidente Juscelino Kubitschek, além de membros do PSP e de outras agremiações menores. Quase todos os governadores filiaram-se à Arena, presidida pelo senador Daniel Krieger (RS).

5 de abril de 1968

A FRENTE AMPLA ESTÁ FORA DA LEI

O general Costa e Silva expede a Portaria 177, restringindo atividades da Frente Ampla em todo o território nacional. O deputado Mario Covas, líder do MDB na Câmara, afirma que a medida é "um ato de violência que fere a própria legalidade instituída pela Revolução de 1964 e inicia a escalada para a ditadura franca". A portaria também mandava apreender todas as publicações que divulgassem atividades da Frente Ampla ou pronunciamentos de políticos cassados. Foi o fim da articulação dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart e o ex-governador da Guanabara Carlos Lacerda, que apoiou o Golpe de 1964.

Arquivo

4 de abril de 1968

O LÍDER MARTIN LUTHER KING É ASSASSINADO

No dia 4 de abril de 1968, é assassinado com um tiro na sacada de um hotel em Memphis, o pastor batista Martin Luther King Jr., Prêmio Nobel da Paz de 1964, e ativista político estadunidense. Ele era então a figura mais proeminente e líder do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. Tornou-se amplamente conhecido pela luta dos direitos políticos através da não-violência e desobediência civil, inspirado por suas crenças cristãs e o ativismo não-violento de Mahatma Gandhi.

Antes de sua morte, ele planejava uma ocupação em Washington, que seria denominada Campanha dos Pobres. Sua morte causou forte reação e foi seguida por manifestações em várias cidades dos Estados Unidos. Alegações que o assassino convicto de King, James Earl Ray, teria sido coagido ou agido em conjunto com agentes do governo persistiram por décadas após o tiroteio. Em dois atentados anteriores, o reverendo havia conseguido escapar por pouco da morte.

4 de abril de 1983

CARESTIA PROVOCA ATOS DE REBELIÃO

Manifestação convocada pelo Movimento Contra o Desemprego e a Carestia reúne 2.500 pessoas em São Paulo e se transforma em tumulto, com saques a lojas e supermercados. Mais de 100 pessoas ficam feridas em confrontos com a PM e 70 são presas.

No dia seguinte, nova manifestação parte do mesmo local em direção ao Palácio dos Bandeirantes. Grades do Palácio são derrubadas e o confronto só termina quando o governador Franco Montoro recebe uma comissão de representantes do movimento.

A onda de saques ocorreu após a posse dos governadores de oposição. Reunidos em São Paulo, Montoro, Tancredo Neves (MG) e Leonel Brizola (RJ) assinaram "apelo à população para que se mantenha em calma, evitando manifestações violentas que só servem aos inimigos da democracia". Montoro anunciou um plano para contratar 40 mil desempregados em frentes de trabalho.

4 de abril de 1969

AI-5 DESFALCA A INTELIGÊNCIA DO PAÍS E CASSA PROFESSORES DA USP

Vários professores da Universidade de São Paulo foram aposentados compulsoriamente com base no Ato Institucional nº 5 (AI-5). Entre eles estavam Florestan Fernandes, Villanova Artigas, José Leite Lopes, Caio Prado Júnior, Elza Berquó, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, Jean Claude Bernardet, José Artur Gianotti, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Mário Schemberg, Octavio Ianni, Paulo Duarte e Paul Singer.

Em abril de 1970, o AI-5 seria usado novamente para cassar direitos políticos e afastar dez pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro: Haity Moussatché, Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba, Tito Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, Masao Goto e Domingos Arthur Machado Filho. O episódio ficou conhecido como o Massacre de Manguinhos.

Em 1972, valendo-se de uma medida administrativa, a ditadura desarticularia o Grupo do Tório da Universidade Federal de Minas Gerais, que reunia pesquisadores da área nuclear coordenados pelo físico Francisco Magalhães. Numa verdadeira "caça às bruxas", o AI-5 atingiu 72 professores universitários e 61 pesquisadores científicos em todo o país, entre 1969 e 1973.

Arquivo

5 de abril de 1993

CSN INAUGURA O CICLO DAS PRIVATIZAÇÕES

Consórcio de investidores formado pelos grupos empresariais privados Vicunha e Bamerindus e pela então estatal Vale do Rio Doce arrematou por US$ 1,05 bilhão a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O leilão das ações da empresa realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro deu-se em meio a forte tensão. O governo federal estava sendo conduzido pelo presidente Itamar Franco, que havia assumido no final de 1992 o cargo, substituindo Fernando Collor de Mello.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (RJ), que já dirigira greves históricas dos metalúrgicos da CSN, se dividiu. A nova diretoria, ligada à Força Sindical, adepta do chamado sindicalismo de resultados, apoiou a privatização. A oposição sindical, alinhada com a CUT, propôs a autogestão da empresa e desenvolveu ações de resistência ao leilão, mas não conseguiu impedi-lo. Liminares concedidas pela Justiça em ações movidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e por parlamentares, que impediam o início do leilão, foram cassadas no mesmo dia.

A CSN foi criada em 1941 por Getúlio Vargas como parte do acordo com os Estados Unidos que levou o Brasil a entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países aliados. A siderúrgica foi pedra fundamental no processo de industrialização nacional, mas a partir da prolongada recessão dos anos 1980, passou a enfrentar grave crise financeira.

Ao assumir o governo em 1990, o presidente Fernando Collor, adepto do receituário neoliberal preconizado pelo Consenso de Washington, deu início ao processo de privatização da CSN, mas não chegou a concluí-lo devido ao seu impeachment. Itamar Franco, embora dizendo-se contrário à venda da empresa, decidiu honrar o compromisso assumido pelo governo anterior e manteve o processo de privatização, apesar dos protestos dos segmentos nacionalistas da sociedade.

7 de abril de 2008

LULA SANCIONA A LEI QUE CRIA A EBC

O presidente Lula sanciona a Lei 11.652/2008, que cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Cumprindo diretriz constitucional – a comunicação brasileira deve ser composta pelas esferas privada, estatal e pública – a EBC é uma empresa pública que nasceu com a proposta de instituir uma televisão pública independente, com qualidade técnica e bom conteúdo, voltada para a sociedade.

A EBC se tornaria gestora dos canais TV Brasil (TV pública nacional criada em 2007) e TV Brasil Internacional, da Agência Brasil, da Radioagência Nacional e do sistema público de rádio, composto por oito emissoras.

A EBC passaria a contar com um Conselho Curador, com representantes da sociedade civil, do governo federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores da empresa.

Reprodução

TRUMP INDICIADO POR CRIMES

Empresário se torna o primeiro ex-presidente a ser processado criminalmente na Justiça. EUA passam pelo primeiro grande teste institucional. O promotor Alvin L. Bragg anuncirá formalmente as acusações nesta terça-feira

Os problemas do ex-presidente Donald Trump com a Justiça dos Estados Unidos se tornaram finalmente um problema de verdade. Um grande júri de Manhattan indiciou-o na quinta-feira, 31, por corrupção. Ele pagou pelo silêncio de uma estrela pornô. É um acontecimento histórico que vai abalar a corrida presidencial de 2024 e marcar o ex-presidente como o primeiro a enfrentar acusações criminais.

Na noite de quinta-feira, depois que as notícias das acusações foram amplamente divulgadas, o escritório do promotor público Alvin L. Bragg confirmou que Trump havia sido indiciado e que os promotores haviam contatado o advogado do milionário americano para coordenar sua entrega às autoridades em Manhattan.

É provável que Trump se entregue na terça-feira, momento em que o ex-presidente será fotografado e tirará suas impressões digitais nas entranhas de um tribunal do estado de Nova York. Isso tudo acompanhado por com agentes do serviço secreto a reboque. Os Estados Unidos jamais enfrentaram situação semelhante desde 4 de julho de 1776, quando foi declarado independente.

Na terça-feira, 4 de abril, Trump será então indiciado e, neste momento, que as acusações específicas serão reveladas oficialmente. O ex-presidente enfrenta mais de duas dúzias de acusações, de acordo com duas pessoas familiarizadas com o assunto.

Durante décadas, Trump evitou acusações criminais, apesar do escrutínio de promotores em investigações persistentes repetidas vezes, criando uma aura de invencibilidade legal que a acusação da Promotoria de Manhattan agora ameaça conseguir finalmente furar.

Mas, ao contrário das investi-

gações que surgiram durante seu tempo na Casa Branca – quando enfrentou questionamentos sobre suas táticas ostensivamente agressivas no cenário internacional, suas tentativas de derrubar a eleição de 2020 e sua convocação de uma multidão para invadir o Capitólio dos EUA – o caso que o levará às barras da Justiça criminal é construído em torno de um episódio espalhafatoso que antecede sua gestão na Casa Branca. O apresentador de reality show do início dos anos 2000 que se tornou candidato presidencial e chocou o establishment político ao vencer ninguém menos que Hillary Clinton, enfrenta a Justila pelo pagamento clandestino que enterrou um escândalo sexual no final da campanha de 2016.

Em uma declaração oficial à imprensa, Trump atacou Bragg, um promotor democrata, e retratou o caso como a continuação de uma caça às bruxas. "Isso é perseguição política e interferência eleitoral no nível mais alto da história", disse o ex-presidente, chamando Bragg de "uma desgraça" e se apresentando como "uma pessoa completamente inocente".

Trump, que sempre negou todas as irregularidades, já pediu a seus seguidores que protestassem contra sua prisão, em uma linguagem que lembra suas postagens nas redes sociais nas semanas anteriores ao ataque de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio por seus apoiadores. Ele também negou qualquer caso com a estrela pornô Stormy Daniels, que estava tentando vender sua história de um encontro amoroso com Trump durante a campanha de 2016.

"O presidente Trump não cometeu nenhum crime", disseram em nota os advogados do ex-presidente, Susan R. Necheles e Joseph Tacopina, em um comunicado. "Vamos lutar vigorosamente contra essa acusação política no tribunal".

Jamaal Ellis/Chronicle

BOMBSHELL A ex-atriz pornô Stormy Daniels é o pivô da crise em Trump está enrascado. Ela recebeu por fora US$ 130 mil para não delatar escândalo sexual

Bragg é o primeiro promotor a indiciar Trump, mas pode não ser o último. As ações contra o ex-presidente em torno da campanha eleitoral são agora o foco de uma investigação federal, e um promotor da Geórgia está nos estágios finais de outra sobre as tentativas de Trump de reverter os resultados eleitorais naquele estado.

O indiciamento em Manhattan, produto de uma investigação de quase cinco anos, dá início a uma nova fase volátil na vida pós-Casa Branca de Trump, quando ele faz sua terceira candidatura à Presidência dos Estados Unidos. Ele vai se lançar à disputa pela indicação republicana – é o lider na maioria das pesquisas – em território desconhecido.

Em circunstâncias normais, uma acusação seria um golpe fatal para uma candidatura presidencial. Mas |Trump não é normal. Ele já disse que não abandonaria a disputa se fosse indiciado, e o caso pode até ajudá-lo no curto prazo, já que se pinta como um mártir político. A acusação também aumenta a perspectiva de uma reação explosiva do ex-presidente.

Trump frequentemente usa seus problemas jurídicos para atiçar a raiva de partidários obstinados – tal qual Jair Bolsonaro, que sempre posa de vítima diante das inúmeras acusações que pesam contra ele na Justiça brasileira. Assim como Bolsonaro, Trumo usa linguagem preconceituosa para atacar Bragg, o primeiro negro a liderar a promotoria distrital, chamando-o de "racista", "animal" e "promotor de esquerda radical".

Embora as acusações específicas no caso de Manhattan contra o ex-presidente permaneçam desconhecidas, o caso de Bragg gira em torno de um pagamento clandestino de US$ 130 mil a Stormy Daniels. Michael D. Cohen, assistente pessoal de Trump, fez o pagamento nos últimos dias da campanha de 2016. Mais tarde, então presidente o reembolsou, assinando cheques mensais enquanto servia na Casa Branca.

Em documentos internos, os funcionários da Trump Organization registraram falsamente os reembolsos como despesas legais, e a empresa inventou um falso contrato de retenção com Cohen para justificá-los. Os promotores descobriram a artimanha. Cohen, que rompeu com Trump em 2018 e depois testemunhou perante o Congresso, disse que o ex-presidente sabia sobre as despesas legais falsas e o contrato de retenção. Em Nova York crime falsificar registros comerciais. Trump está enrascado. •

Oren Ziv/AP

REVOLTA Israelenses que se opõem ao plano de revisão de Benjamin Netanyahu ateiam fogo e bloqueiam rodovia durante um protesto depois que o primeiro-ministro demitiu o ministro da Defesa, Yoav Gallant, que se opôs à mudança

PROTESTOS NA TERRA SANTA

A fúria nas ruas de Jerusalém obriga Benjamin Netanyahu a recuar na proposta de reforma do Judiciário. E os EUA engrossam o coro dos descontentes. A democracia está em risco em Israel

O mundo assistiu, entre chocado e perplexo, a eclosão de violentos protestos em Israel, com ataques furiosos de jovens e militantes que temem a derrocada da democracia liberal que foi montada no Oriente Médio. O mais surpreendente, contudo, foi o duro recado da Casa Branca ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. O presidente Joe Biden disse sem rodeios que o governo israelense – que sempre contou com o apoio tácito e a mão amiga de Washington – "não pode continuar por este caminho" de reformar o judiciário de seu país.

Na noite de domingo, 26, Netanyahu demitiu o ministro da Defesa, Yoav Gallant, que havia rompido com o governo na reforma do Judiciário. Em seguida, a Casa Branca anunciou que Biden havia advertido Netanyahu que os valores democráticos "sempre foram, e devem permanecer, uma marca registrada do relacionamento EUA-Israel". Grandes mudanças no sistema, disse Biden, só devem "ser buscadas com a base mais ampla possível de apoio popular". O alerta foi um tom acima do razoável. Em geral, os EUA não interferem na política interna de aliados.

Ao propor a reforma judiciária, Bibi jurava que estava operando para restaurar o equilíbrio de poder entre legisladores eleitos e juízes não eleitos. "Não é o fim da democracia, é o fortalecimento da democracia", disse há duas semanas, antes da enorme onda de protestos e distúrbios civis explodirem no território de Israel. A manifestação nas ruas o surpreendeu. Os protestos mostraram o nível de insatisfação da população israelense que acor-

Matthew Hinton/AFP

RECADO Biden ligou para o primeiro-ministro israelense para alertar que mudanças nas regras democráticas precisam ter amplo apoio popular

dou para os riscos à democracia que o projeto do primeiro-ministro representa.

Ao *New York Times*, o professor de direito da Universidade Reichman, em Herzliya, onde vive a comunidade diplomática internacional, declarou que os riscos são evidentes e Bibi tenta reproduzir um regime autocrático que mina as instituições de Justiça. Isso ocorreu em outras nações e até mesmo extremistas como Jair Bolsonaro tentaram desacreditar o Judiciário pelo contrapeso às ameaças de um Executivo hipertrofiado. "Estudamos essa dimensão da chamada reforma do Judiciário na Hungria, Polônia e Turquia, e sabíamos o que estava por vir", disse Yaniv Roznai. Ele faz oposição ferrenha a Bibi.

Roznai fala há meses sobre o "risco de criar um monstro", eliminando os tribunais como um controle eficaz da regra da maioria. Na Hungria, por exemplo, o primeiro-ministro Viktor Orban e seu partido conservador Fidesz venceram as eleições nacionais em 2011 e fizeram uma série de mudanças legalmente permitidas na Constituição. E começaram mudando o processo de nomeação de juízes para dar ao Parlamento mais poder para preencher as vagas, assim como Netanyahu propôs.

Orban alegou que estava "fortalecendo" a democracia. Ele disse que dar ao parlamento o controle das nomeações judiciais alinharia a Hungria com o método de seleção de juízes federais nos Estados Unidos. Os aliados do governo israelense também invocaram os Estados Unidos como modelo para seu plano de nomeações judiciais. "Veja o que acontece nos EUA", disse o ministro da Justiça de Netanyahu, Yariv Levin. "Nos Estados Unidos, os juízes da Suprema Corte são nomeados pelo presidente e confirmados pelo Senado". No Brasil também. Mas a situação é distinta.

PROFESSOR DE DIREITO DA UNNIVERSIDADE DE HERZYLIA DIZ QUE NETANYAHU QUER AMPLIAR SEUS PODERES, REDUZINDO PESO DO JUDICIÁRIO

Benjamin Netanyahu e a coalizão linha dura que o apoia também propuseram a redução do poder do Judiciário, dando Knesset – o legislativo –, o poder de anular as decisões da Suprema Corte de Israel por maioria de votos. É como assegurar que a maioria legislativa permitisse ao governo suspender os efeitos de uma decisão que desagrade o governo. Um risco.

Vale lembrar que Israel não tem uma Constituição, como o Brasil ou os EUA. E o Legislativo no país só dispõe de uma casa – o sistema é unicameral. Nos Estados Unidos, como no Brasil, há duas casas legislativas, cada uma podendo controlar o poder da outra. Também não há separação clara entre os poderes executivo e legislativo e nenhum sistema federalista que delegue certos poderes a estados ou províncias. "O poder político está concentrado em uma legislatura", diz Roznai.

O poder pode acabar em apenas algumas mãos. "Os ministérios do governo são liderados pela liderança da coalizão, que pode ser de cinco ou seis políticos que controlam seus próprios partidos", disse o professor Roznai. "O governo da maioria é a essência da democracia. Mas não é uma condição suficiente", lembra. "Você precisa de alguma separação de poderes, alguma independência judicial, alguma proteção de direitos". •

Bolívar Parra/AFP

ACUADO O banqueiro e empresário é acusado de corrupção no governo. O cunhado teria ligações com funcionários ligados ao tráfico de drogas

LASSO ENFRENTA IMPEACHMENT

Presidente do Equador é acusado de corrupção e a Suprema Corte permite que o Congresso prossiga o processo contra o empresário conservador, que está no auge da impopularidade. A crise política se agrava

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, está isolado e deve cair nos próximos meses. A sorte do empresário e banqueiro, eleito em 2021 na onda conservadora que varria a América Latina, antes da nova onda rosa que vive o continente, depende de um Congresso hostil ao seu governo. Ele enfrenta uma queda de popularidade e está em maus lençóis.

Na quinta-feira, 30, a Suprema Corte deu sinal verde para o processo de impeachment, ameaçando a estabilidade política da nação andina, que é uma grande exportadora de petróleo. O tribunal decidiu por uma maioria de 6 votos contra 3 que Lasso poderá ser julgado pelo parlamento sob a acusação de permitir a corrupção no governo. Seu afastamento pode ocorrer em até 45 dias. O tribunal rejeitou duas outras acusações por motivos processuais.

O banqueiro obteve uma vitória eleitoral apertada em 2021, derrotando o candidato da esquerda Andrés Arauz no segundo turno. A decisão ocorre no momento em que Lasso luta para enfrentar um aumento de crimes violentos no país e problemas econômicos. O Congresso é controlado pela esquerda ligada ao ex-presidente Rafael Correa e grupos indígenas.

A esquerda nacionalista tem frustrado as tentativas de Lasso em aumentar o investimento estrangeiro em petróleo e mineração. "O presidente enfrentará um julgamento político e terá que responder por seus horrores e incompetência perante a Assembleia [Nacional]", disse a deputada Viviana Veloz. Há riscos institucionais, alertam especialistas.

"Remover o presidente pode impactar as instituições já fracas do país", disse Tamara Taraciuk Broner, diretora interina da Human Rights Watch Americas. "Um processo criterioso e em conformidade com os requisitos legais garantirá que uma decisão justa e justa seja tomada, evitando uma destituição motivada apenas por motivos políticos".

O processo de impeachment começou com denúncias de que o cunhado do presidente, Danilo Carrera, teria ligações com funcionários públicos envolvidos em corrupção e narcotráfico. Lasso disse que as acusações são injustificadas e carecem de base legal. O problema do presidente se agrava porque não tem maioria política. A queda dele é dada como certa. O impeachment deve ser apoiado por 92 dos 137 congressistas. O Congresso no Equador é unicameral.

Se o impeachment for aprovado, Lasso será substituído pelo vice-presidente Alfredo Borrero, ex-médico e considerado um novato político. Líder de extrema esquerda do movimento indígena Conaie, Leonidas Iza diz que a decisão do tribunal foi uma resposta à "luta e à resistência do povo a um governo desastroso e preguiçoso".

Lasso poderia dissolver o Congresso antes de votar o impeachment, aproveitando-se de uma cláusula de "morte mútua" na Constituição de 2008 que nunca foi usada. Isso desencadearia novas eleições para a Presidência e para uma nova legislatura, mas a baixa popularidade do presidente a torna uma opção altamente arriscada. Líderes indígenas ameaçaram protestos em todo o país se ele fechar o Congresso.

A moção de impeachment foi lançada depois que Lasso sofreu pesadas derrotas nas eleições locais e um referendo no mês passado. Ele sobreviveu a dois votos do Congresso para derrubá-lo, mas desta vez a oposição combinada afirma ter apoio suficiente para desencadear sua remoção. •

Divulgação/NDB

DESAFIO A ex-presidenta desembarcou na China no dia 28 de março, com a responsabilidade de comandar o banco de investimentos do bloco formado países que compõem a nova frente do multilateralismo de países proeminentes

BANCO DOS BRICS SOB NOVA DIREÇÃO

Dilma Rousseff assume em Xangai a direção do Novo Banco do Desenvolvimento, instituição financeira criada em 2014 por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

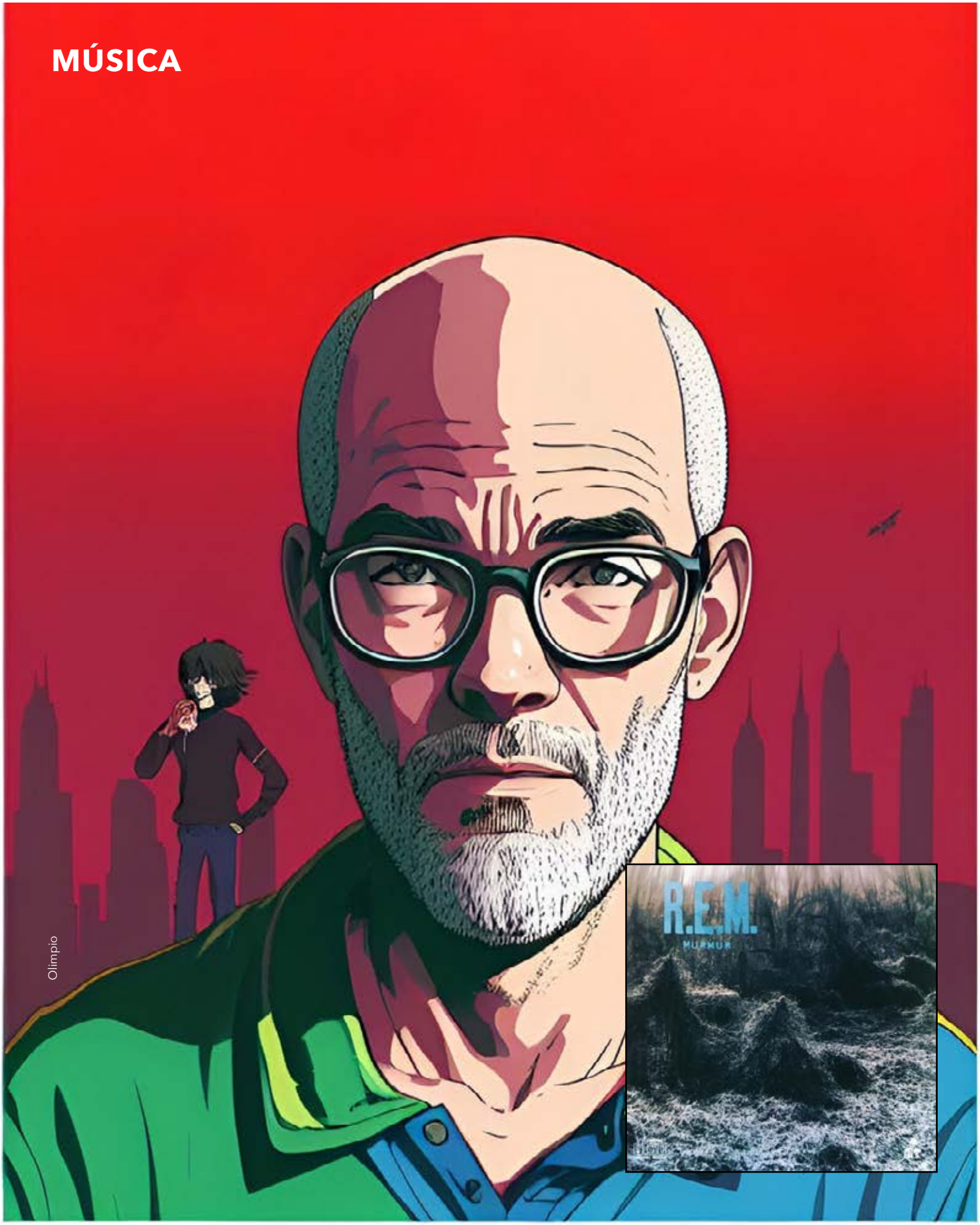
O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), instituição financeira criada pelos governos dos Brics – bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – está sob nova direção desde terça-feira, 28. A ex-presidente da República Dilma Rousseff começou a trabalhar na instituição, indicada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A solenidade de posse deve ocorrer na segunda semana de abril, quando Lula viaja para a China. A ida do presidente a Pequim e Xangai foi adiada na véspera da partida, no dia 25, porque ele estava com pneumonia.

O 'banco dos Brics' tem uma carteira de US$ 33 bilhões em investimentos distribuídos pelos cinco países que integram o bloco. O NDB foi criado em 2014 pelos chefes dos governos, em uma reunião de cúpula realizada em Fortaleza (CE), em que Dilma era então a anfitrião do encontro, que contou com os presidentes Vladimir Putin (Rússia), Narendra Modi (Índia), Xi Jinping (China) e Jacob Zuma (África do Sul). O banco tem financiado projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável.

A China afirmou que a decisão do Brasil de nomear Dilma para o cargo de presidente do NDB é um sinal de que Lula quer fortalecer o bloco. Numa coletiva de imprensa na quinta-feira, 30, a porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China elogiou a chegada de Dilma ao banco. "Sua nomeação pelo governo brasileiro para a presidência do NDB revela a importância que o governo da ao banco e aos Brics, o que é apreciado pela China", disse a porta-voz. O relato é do correspondente Jamil Chade.

"Vamos aprofundar nossa relação com o banco e daremos pleno apoio ao seu trabalho. Acreditamos que, sob sua liderança sábia e profissional, e com esforços dos países membros, o NBD fará uma contribuição ainda maior para o desenvolvimento e prosperidade de emergentes e países em desenvolvimento", disse.

Segundo Chade, a declaração da porta-voz foi interpretada por diplomatas brasileiros como uma chancela explícita dos chineses à gestão de Dilma. De acordo com o governo Xi Jinping, "Dilma é uma política conhecida e uma economista que se dedicou ao desenvolvimento global desfruta de um grande prestígio e influência significativa no mundo". •



Olimpio

AS AVENTURAS DO R.E.M.

Do murmúrio ao colapso, eis a banda norte-americana que fez mais pela música pop e pelo indie do que mais da metade dos grupos de rock. Disco de estreia do grupo completa 40 anos

Bia Abramo

Athens nem sequer é capital do estado da Geórgia. É uma cidade branca, universitária, encravada neste estado do sul profundo, tão imerso nas tradições do blues, do soul e do country que seu nome está no título de pelo menos duas canções clássicas: "Georgia on My Mind", de Ray Charles, e "Midnight Train to Georgia", de Gladys Knight and The Pips. No final dos anos 1980, a cidade seria catapultada à condição de capital das "college bands", graças ao R.E.M., um grupo de nerds que se formou no entorno da universidade.

O R.E.M. foi, de alguma forma, o protótipo do indie norte-americano. Começou como uma outra banda qualquer, um grupo de amigos com gostos musicais em comum que se reuniam para fazer um som. Formado por Michael Stipe, Peter Buck, Bill Berry e Mike Mills, o grupo percorreu um longo caminho de shows e apresentações entre pequenas e médias.

Cresceu no boca-a-boca, gravou e vendeu muitos discos e ficou enorme. Ainda assim, tentou manter sua "integridade" musical e política mesmo quando era considerada "a maior banda de rock dos EUA" e a palavra integridade quase não fazia sentido no mundo pop. E, ainda assim, acabou sem parar nas páginas policiais.

Aos 19 anos, Michael Stipe estudava fotografia e pintura na Universidade da Geórgia e costumava frequentar a loja de discos onde o guitarrista Peter Buck trabalhava. Ambos partilhavam da mesma paixão pela cena pré-punk e punk novaiorquina do final dos anos 1970 e começaram a compor juntos. Stipe, no vocal, e Buck, na guitarra. Só faltava a "cozinha", que encontraram no baterista Bill Berry e na baixista Mike Mills, também estudantes da mesma universidade de Stipe.

O primeiro single, "Radio Free Europe", uma canção com bastante influência new wave – Athens também foi berço do B-52's, a banda mais representativa do estilo –, foi gravado de forma independente, num dos vários microsselos que abundavam à época, mas tornou-se sucesso quase instantâneo na rádio da universidade e percorreu outros campi do circuito universitário – daí o termo "college radio".

Embalados pelo sucesso de suas apresentações ao vivo, o grupo assinou com a IRS para lançar o primeiro EP "Chronic Town", em 1982. O disco foi elogiadíssimo pelo semanário inglês New Musical Express, o que, à época, equivalia um carimbo de credibilidade. Dali para gravar o primeiro LP inteiro foi uma questão de meses.

A partir de "Murmur", o R.E.M. já veio com uma identidade toda torta. Sim, era uma banda norte-americana com guitarra pesada e volumosa, mas que percutia o baixo e a bateria como o melhor do pós-punk inglês contemporâneo. Como se fosse a contraparte redneck, caipira, dos Smiths. A banda tinha letras incrivelmente sensíveis sob uma sonoridade angulosa e intensa.

E, ao contrário de Morrissey, Michael Stipe era um frontman tímido e contido, mas como Stipe & Buck, como a dupla Morrissey-Johnny Marr, jogavam de forma performática com suas identidades e ambiguidades.

A julgar pelo entusiasmo da revista "Rolling Stone", que alçou o disco ao primeiro lugar de sua famosíssima lista de melhores do ano, deixando concorrentes veteranos como Michael Jackson ("Thriller"), The Police ("Synchronicity") e U2 ("War") no chinelo, o R.E.M. era tudo o que a América precisava para acertar o passo musical com a Inglaterra, nesse momento ditando as regras de o que era música nova e interessante.

O crítico e VJ Daniel Benevides assim definiria a receita: "A primeira vez que se ouve R.E.M., a sensação é quase sempre de estranhamento. Como uma banda pode soar tão pop e tão esquisita no espaço estreito de uma música? Como pode estar no mainstream e no underground ao mesmo tempo?", escreveu, em artigo publicado em 1997, na revista Bizz.

Do álbum de estreia à condição de uma das bandas que definiu a década de 1990, o R.E.M. parecia estar ao mesmo tempo escrevendo e aplicando sua própria cartilha indie. O termo, que deriva da palavra "independente" em inglês, era usado inicialmente para caracterizar um modo de gravar e lançar discos. Acabou definindo um gênero musical onde cabiam muitos estilos diferentes, inclusive de bandas com uma originalidade tão flagrante como a do R.E.M..

Disciplinados, os caras seguiram compondo, produzindo, gravando e se apresentando à razão de um disco por ano até 1988. Idiossincráticos, não davam passos maiores que as pernas e continuavam percorrendo o circuito universitário, independente, alternativo nos Estados Unidos, Canadá e Europa. Discretos com suas

Fotos: Divulgação

vidas pessoais, não apareciam em colunas de celebridades. Afáveis com fãs e tolerantes com jornalistas, também não pagavam de arrogantes.

Ao contrário, os quatro pareciam apenas os mesmos garotos entusiasmados que tocavam juntos em Athens. No entanto, a partir de "Document" (1987), o R.E.M. estava mudando muito rapidamente de lugar no cenário pop. Duas das faixas do disco, "The One I Love" e "It's The End of the World As We Know It (And I Feel Fine)", se tornariam sucessos transnacionais devido às paradas da MTV.

O apuro visual das capas e encartes tinha migrado para os videoclipes que, na virada para a década de 1990, se transformariam também em campo de experimentação e invenção para uma geração de novos artistas do audiovisual.

No disco seguinte, "Green" (1988), Stipe resolve revelar uma persona mais ativista, escrevendo letras críticas às guerras imperialistas americanas em "World Leader Pretender" e "Orange Crush", mostrando apoio a causas ambientais e performando ao vivo com camisetas-slogan.

A dobradinha republicana na presidência que dominou quase toda a década de 1980 nos Estados Unidos, Ronald Reagan e George Bush, estava ainda longe de sair do poder, e a América entraria na década seguinte indo fazer a primeira Guerra do Golfo. O ativismo pacifista e anti-guerra do R.E.M. falava para audiências cada vez maiores.

Se nos anos 1980 a credibilidade era a palavra chave, os 1990 – ou sua melhor parte – veriam florescer a diversidade na música pop. O rock ainda importava, é claro, tanto que os EUA viveriam os anos do grunge com Nirvana, Soundgarden e outros grupos, mas havia muitos cenários tão excitantes quanto, com as novas músicas eletrônicas nas pistas, as batidas e rimas do rap e do hip hop que saíam do gueto e, por conta da popularidade da MTV em várias parte do globo.

E aqui e ali despontavam cenas interessantes e com novas sonoridades que cabiam no rótulo vale-tudo de "world music". Paradoxalmente, tudo isso era um prato cheio para uma banda solidamente enraizada na tradição, com uma sensibilidade toda particular para as tendências como o R.E.M..

Depois de três anos, Stipe, Buck, Berry e Mills lançariam "Out of Time", desta vez com a gravadora Warner. Àquela altura, a troca equivalia a deixar de andar no passo lento de uma maria-fumaça e embarcar em um trem de alta velocidade no mundo fonográfico.

Com um clipe provocante e enigmático, "Losing My Religion" – uma canção sobre o desencontro amoroso disfarçado de uma crise de fé existência –, mantinha aquele balanço entre a popice e esquisitice que o R.E.M. sempre soube

preservar e, ainda assim (ou exatamente por isso), virou o maior hit da carreira do R.E.M.

Mesmo com o lugar de estrela do indie assegurado, o R.E.M. não se acomodou. "Automatic For The People", o disco quase conceitual de 1992, mostra a potência de uma banda no controle de sua capacidade criativa em 12 faixas memoráveis, incluindo a que talvez seja maior canção de dor de cotovelo em língua inglesa, "Everybody Hurts".

Em "Monster" (1994) e "New Adventures in Hi-Fi" (1996), o R.E.M. continuou explorando sua habilidade enorme em costurar suas influências e parcerias diversas, ao mesmo tempo que o quarteto soava único e ainda muito vibrante. Em 1997, o grupo se quebrou, com a saída mais ou menos silenciosa (ou não dramática) do baterista Bill Berry. A banda prosseguiria com o trio original, mas dali por diante, Stipe estaria ainda mais sobre os holofotes, seja como popstar e letrista talentoso, seja como figura pública.

Ele dá uma guinada pessoal e musical, arrastando a banda atrás de si. "Up" (1998) e "Reveal" (2001), de certa forma, mostram o fascínio de Stipe com o novo cenário eletrônico. Sem deixar as raízes de lado, o cantor e compositor que começou a passar cada vez mais tempo em Berlim na primeira década dos anos 2000 e a frequentar os clubes berlinenses, sabia que as coisas interessantes, de novo, estavam acontecendo por lá.

A esta altura, com todos os integrantes do R.E.M. perto dos 50 anos, Stipe farejava um novo novo e, mesmo que os resultados por vezes soassem canhestros ou decadentes, a inquietude de fazer rock sem soar mais do mesmo ainda movia o artista.

Os dois últimos álbuns são discos de despedidas anunciadas. Era para "Accelerate" (2008) ser o último, inclusive por conta da participação de Bill Berry, mas três anos depois, eles ainda lançariam o "Collapse Into Now", um impressionante tour de force.

O álbum traz um punhado de canções poderosas de amor em seu sentido grande – pelos encontros casuais com garotos na noite berlinense, pelas cidades grandes e pela humanidade vista a rés do chão, apressada no metrô, nas ruas e em sua solidão.

"Collapse Into Now" tem mais ou menos a mesma potência que os últimos discos de David Bowie ("Blackstar") e Leonard Cohen ("You Want It Darker"), ambos de 2016 e ídolos de Stipe, com a diferença fundamental que Cohen e Bowie, de alguma forma, sabiam que iam morrer – e Stipe apenas "matou" sua banda de juventude, mas ainda segue por aí, vivo. •

Fotos: Divulgação

Divulgação/TV Globo

PROTAGONISTA Sheron Menezes brilha como sol, a viúva mãe de duas filhas que luta para viver a vida, depois de ter sido a princesa do baile funk, na juventude. Ela mostra a luta da mulher brasileira para superar barreiras

BRASIL EVANGÉLICO

"Vai na Fé", a novela das sete da Rede Globo, lança um olhar nuançado sobre os fiéis da religião que mais cresce no Brasil. E acerta, apesar de algumas derrapadas no texto

Bia Abramo

Dilemas amorosos, tem. Paternidade desconhecida, tem. Ascensão social? Também tem. Comédia & drama? Idem. A novela das sete da Rede Globo, que estreou em janeiro, assinala um x em todas as alternativas da narrativa tradicional do formato telenovela, tal como estabelecido pela grade inventada pela emissora ali nos anos 1970. No entanto, de olho na principal concorrente, a Record, vem fazendo acenos ao público que deixou o catolicismo difuso brasileiro em favor das religiões de matriz evangélica.

Depois da recuperação de prestígio no horário das oito, com a exibição do remake de "Pantanal" em 2022, as atenções se voltaram ao horário anterior de dramaturgia que vinha numa descendente de audiência. A aposta, arriscada, de fazer uma novela com personagens evangélicos mais ou menos fora do figurino, negros e do subúrbio carioca, mostrou-se acertadíssima.

Na segunda-feira, 27, a novela chegou aos 25,8 pontos de média em São Paulo – cada ponto equivale a 76.953 domicílios na Grande SP. Ou seja, em cerca de 2 milhões de endereços na maior cidade do Brasil, alguém estava prestando atenção na trama assinada por Rosane Svartzman.

A escritora é uma veterana

dos roteiros considerados mais leves e jovens, tendo estreado como co-autora em "Malhação" e no horário das sete como autora de novelas bem sucedidas desde 2015. "Totalmente Demais", sua estreia, foi tão bem que teve inclusive um spin off. No caso de "Vai na Fé", ela também arriscou suas fichas na tendência aprendida com as séries de streaming de elaborar uma história, ao mesmo tempo nichada, mas com apelo mais amplo, por que, afinal, trata-se de TV aberta.

Com menos de três meses no ar, o que corresponde a mais ou menos metade da novela – a atração deve levar seu último capítulo ao ar na segunda semana de agosto –, "Vai Na Fé" segue um passo lento e seguro de novela que cai nas graças do público.

A trama trata do choque de duas culturas urbanas quase que diametralmente opostas no Rio de Janeiro: uma família negra, evangélica e pobre em Piedade, na Zona Norte, que circula entre o Centro, a Zona Sul e a Barra, dos ricos, brancos e poderosos. Dois pontos em comum ligam esses grupos socialmente afastados: num tempo passado, os bailes funk, e, no tempo presente da novela, uma instituição particular de ensino superior.

No núcleo suburbano e conservador, a protagonista é vivida pela atriz Sheron Menezes, no papel de uma mãe de duas filhas que foi, na juventude, a "princesa do baile", mas encontrou Jesus e constituiu família. Sua filha mais velha – Bella Campos, a Muda do Pantanal –, Jenifer, é a estudante-modelo, que entra com esforço no curso de Direito de uma das "melhores faculdades do Rio de Janeiro", cuja localização e caracterização do prédio lembram em tudo a FGV do Rio).

No pólo rico, há dois núcleos principais. Um, do casal interracial de advogados que estudou exatamente na mesma faculdade em que Jeni ingressa, formado pela atriz Carolina Dieckmann e por Samuel de Assis, o Ben. E o outro, de outra família, essa desfeita, composta por Wilma, uma ex-atriz decadente (Renata Sorrah), e seu filho pop star igualmente em decadência Lui Lorenzo (José Loreto).

Divulgação/TV Globo

DECADÊNCE Renata Sorrah vive uma atriz decadente, mas sofisticada, que tem vergonha do filho cantor que, apesar da beleza, já viveu dias melhores

Partindo de um principal acerto, tratar os personagens evangélicos em sua diversidade e com um nuances importantes, sobretudo no que diz respeito ao protagonismo feminino à frente do sustento das famílias, a novela deslanchou sem fazer muito esforço. Os temas do racismo e dos preconceitos sociais, inescapáveis dada essa ambientação, já serviram de alimento para várias intrigas, algumas boas, algumas francamente caricaturais.

Mas o que se destaca, de fato, é o elenco feminino que tem criado muito bons momentos na novela. Renata Sorrah, a atriz que foi preterida devido à idade, e Elisa Lucinda (que faz Marlene, a mãe de Sol) entram em cena sempre com um rigor e uma desenvoltura impressionantes, não importa o quão ingênuos sejam seus parceiros de cena.

Dieckman, cria de novela, e Sheron, em seu primeiro papel como protagonista, fazem o contraponto das escolhas profissionais e existenciais que se apresentam às mulheres brancas e negras. Assim como Carla Cristina Cardoso. E, por fim, Bella Campos e Clara Moneke (como Kate, a melhor amiga de Jeni), desenham as trajetórias das mulheres mais jovens do subúrbio com a graça e o frescor de atrizes iniciantes (ou quase).

No mais, o alívio cômico da mansão decadente na Barra da Tijuca, encabeçada por Sorrah, tem um reforço todo especial no ator Luiz Lobianco, cujo talento para a comédia faz do personagem Vitinho (produtor, empresário e faz-tudo) quase que um capítulo à parte.

"Vai na Fé", provavelmente, não terá o potencial atrativo que "Pantanal" recuperou no ano passado. Mas sinaliza que a maior emissora de TV do país, além de tentar ocupar um nicho que era da "emissora do bispo", atentou para a nova demografia religiosa do Brasil ao apostar numa novela que tematiza isso com mais graça e diversidade do que de hábito.

Seu ponto fraco, ainda, com as exceções acima citadas são as caracterizações de grupos de jovens, sempre na base da estereotipia – e nunca se sabe se por incompetência ou de propósito. •

Jurarez Machado

JUCA CHAVES, 84 ANOS

Cantor e humorista teve trajetória errática e morreu na Bahia. Foi autor de paródias e marchinhas memoráveis de sátiras políticas

O cantor, compositor e humorista Juca Chaves, que morreu em 26 de março aos 84 anos, foi um tipo de artista que praticamente não existe mais. Com formação esmerada e de família de alta classe média, era, ao mesmo tempo, um diletante tanto na música como no humor, mas mirou o sucesso. Boêmio e debochado, criticava o poder com acidez e muita ironia, ao mesmo tempo em que dedilhava modas e valsas no seu alaúde, instrumento de cordas característico de trovadores medievais.

Nascido no Rio de Janeiro em 1938, formou-se em música clássica e tentou a sorte nas nascentes emissoras nos anos 1950. Deu tão certo que em 1957, gravou dois compactos seguidos, com canções que o tornaram famoso: a valsa "Por Quem Sonha Ana Maria?" e a paródia "Presidente Bossa Nova", na qual satiriza os hábitos (e deslizes) de Juscelino Kubitschek – "Mandar parente a jato pro dentista,/ almoçar com tenista campeão,/ também poder ser um bom artista exclusivista/ tomando com Dilermando umas aulinhas de violão/ Isto é viver como se aprova,/É ser um presidente bossa nova".

Em 1962, lançou "As Músicas Proibidas de Juca Chaves" em que o tom político das letras e, de certa forma, antecipa a censura que viria depois do Golpe de 1964. Sem citar nomes, em "Caixinha, Obrigado", espinafra a elite brasileira: *"A mediocridade é um fato consumado/ na sociedade onde o ar é depravado/ marido rico, burguesão despreocupado/ que foi casado com mulher burra mas bela/ o filho dela é político ou tarado/ Caixinha, obrigado!/ A situação do Brasil vai muito mal/ Qualquer ladrão é patente nacional"*.

Durante a ditadura, chegou a se exilar em Portugal e na Espanha, onde esboçou uma carreira internacional, lançando três discos em italiano. Voltou para o circuito de shows, entre o humor e a música nos anos 1970. Tinha uma capacidade muito peculiar de rir de si mesmo, usando suas características físicas como maneira de fazer marketing: devido à baixa estatura, comparava-se à Carmen Miranda e se apelidou de "o pequeno notável".

Também apresentou e participou de diversos programas de televisão, que então investiam em programas de humor e na linha de shows. Com os primeiros ventos da abertura democrática, emplacou outros sucessos críticos a figuras da política, como o último presidente militar João Batista Figueiredo – *"Upa, upa, upa, cavalinho sem medo/ Leva pra Brasília o presidente Figueiredo/ Cuidado com os pedestres proprietários da verdade/ Com os ônibus que pensam que são donos da cidade/ Não olhe para cima que o viaduto desabou/ Não olhe para baixo que é o buraco do metrô"*.

O general, que era carioca, ficou conhecido pelos modos abruptos e pelo seu amor aos cavalos. Quando assumiu a Presidência, em 1980, chegou a responder a uma jornalista que havia perguntado se estava gostando do "cheirinho do povo", Figueiredo respondeu: "O cheirinho dos cavalos é melhor (do que o cheiro do povo)". Figueiredo ainda cometeu uma gafe ao dizer que se ganhasse um salário mínimo, "dava um tiro no côco".

Apesar de todo o deboche, Juca Chaves tentou entrar para a política no anos 2000, quando se lançou como candidato ao Senado pelo PSDC na Bahia – o cantor morava em Salvador desde 1975). Não foi eleito. Ainda teria um momento de notoriedade quando entrou na onda anti-corrupção e defendeu a Lava-Jato numa nova paródia musical, adotada pelos manifestantes de direita. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Maíra de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO PERIFERIAS

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

III CAMINHADA DO SILÊNCIO

Pelas vítimas
de violência
do Estado

Em "descomemoração"
do golpe militar
de 1964

PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA

PARA QUE NÃO CONTINUE ACONTECENDO

Realização:

movimento
vozes do silêncio

NÚCLEO MEMÓRIA

Apoio:

CIDADE DE SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

02.04
15h

PARQUE DO IBIRAPUERA

Ponto de encontro: Praça da Paz
Acesso pelos portões 7 e 8
Av. República do Líbano